

# PERGUNTAS FREQUENTES



ORDEM DOS  
ENGENHEIROS  
TÉCNICOS

**160**  
ANOS  
AO SERVIÇO DA  
ENGENHARIA

dezembro de 2015

# **INTRODUÇÃO**

Este Guia reúne 100 perguntas e respostas relacionadas com o exercício da profissão de Engenheiro Técnico que ao longo dos últimos anos têm sido colocadas pelos Engenheiros Técnicos à OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, e que, para efeitos desta sistematização, foram objeto de revisão pontual que não alterou a respetiva substância.

A OET decidiu agrupar as questões mais frequentes em Guia com o objetivo de tornar mais fácil a todos os Engenheiros Técnicos o acesso a um conjunto de questões com as respostas que, ajudarão os Engenheiros Técnicos a compreender melhor as matérias relacionadas com o exercício da sua profissão.

Certamente que, muitas mais questões se podem responder, pelo que este Guia é um manual incompleto, assim, para que se possa tornar o mais completo possível, a OET apela a todos os Engenheiros Técnicos que coloquem todas as dúvidas relacionadas com a profissão para que também desta forma se possa contribuir para melhorar e dignificar a profissão do Engenheiro Técnico.

agosto de 2014

O Bastonário

# ***PERGUNTAS FREQUENTES***

"O importante é não parar de questionar."  
(Albert Einstein)

# ALVARÁ

Alvará é a permissão, emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I. P.), em suporte eletrónico e comprovável mediante consulta pública no respetivo sítio na Internet e no balcão único eletrónico dos serviços, que habilita a empresa da construção a realizar obras e respetivos trabalhos especializados cujo valor não exceda o limite previsto para a respetiva classe e, no que se refere a obras públicas, que estejam compreendidas nas subcategorias que elenca.

## *1. Quais são as condições para ser responsável de alvará?*

Deverá ser consultada a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, em particular o artigo 10.º, que se refere à capacidade técnica, bem como, os Anexos da referida Lei.

De facto, o acesso e permanência na atividade de construção implica que as empresas tenham um quadro de pessoal composto por elementos com o conhecimento e a experiência adequados à execução dos trabalhos enquadráveis nas diversas habilitações, considerando a sua natureza e classe. É, pois, através da apreciação do quadro de pessoal que se torna possível avaliar a capacidade técnica das empresas (em termos humanos), pelo que, se exige que a empresa tenha ao seu serviço um número mínimo de pessoal técnico.

As responsabilidades do técnico deverão, pois, atender às especificidades da organização onde este está inserido, tendo em conta a atividade que desenvolve no âmbito das suas funções como engenheiro técnico, bem como, o que foi contratado com a empresa (entidade empregadora) e ainda as regras éticas e deontológicas que pautam o exercício da profissão, previstas no Estatuto da OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos (Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho).

Deverá, também, ter em atenção as incompatibilidades previstas no n.º4 do artigo 10.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que dispõe o seguinte:

*“4 – É expressamente vedado aos técnicos que prestam serviços em entidades nacionais de controlo de realização de obras, ou em donos de obra pública em território nacional, desempenhar funções em empresas de construção inscritas no IMPIC, I.P., exceto se, para o efeito, estiverem devidamente autorizados nos termos legais em vigor sobre incompatibilidades.”*

## **2. Qual é a legislação onde conste os técnicos e suas habilitações, necessários a cada alvará?**

A legislação respeitante aos técnicos e suas habilitações está consagrada na Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que altera a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e no que tange aos Alvarás, a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, estabelece o quadro mínimo do pessoal das empresas de construção.

## **3. Qual o salário para ser responsável de alvará?**

No que respeita ao valor do salário, deverá ter em atenção as instruções de preenchimento do modelo 7 IMPIC, I.P (vínculo contratual entre técnico e empresa), que refere que *“o montante salarial indicado na referida declaração deverá ser suficiente e adequando à natureza do cargo desempenhado pelo técnico, por forma a demonstrar que o mesmo dispensa à empresa disponibilidade bastante para assegurar as exigências inerentes às suas funções.”*

## **4. Até que classe de alvará pode um Engenheiro Técnico ser responsável?**

Deverá ser consultada a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, em particular o artigo 10.º, que se refere à capacidade técnica, bem como, os Anexos da referida Lei.

Importa salientar que um membro da Ordem dos Engenheiros Técnicos pode ser responsável até à classe 9 de alvará (inclusive), o que significa que não tem limitação. No entanto, caberá às empresas a observação das condições mínimas que deverão ser respeitadas para a detenção de alvará, nomeadamente em termos de quadro de pessoal, previstas nos Anexos da Lei.

De facto, o acesso e permanência na atividade de construção implica que as empresas tenham um quadro de pessoal composto por elementos com o conhecimento e a experiência adequados à execução dos trabalhos enquadráveis nas diversas habilitações, considerando a sua natureza e classe.

De referir ainda que para os efeitos previstos na Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, a OET emite uma declaração para ser exibida perante o IMPIC, I.P.. Poderá, para o efeito, consultar o Sistema de Emissão de Declarações para Atos Profissionais (SEDAP), disponível na página da internet em [www.oet.pt](http://www.oet.pt).

### **5. É possível trabalhar numa empresa e ser responsável de alvará de outra empresa?**

A referida questão prende-se com o regime previsto na Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, em particular com o n.º 3 do artigo 10.º, que dispõe o seguinte:

#### *Artigo 10º*

##### *Capacidade técnica*

*“3 – O pessoal técnico referido no número anterior pode prestar serviços noutras empresas de construção, as quais, contudo, não podem usá-lo para a comprovação da respetiva capacidade técnica”.*

E o n.º 4 do artigo 10.º prevê o seguinte:

*“É expressamente vedado aos técnicos que prestem serviço em entidades nacionais de controlo de realização de obras, ou em donos de obra pública em território nacional, desempenhar funções em empresas de construção inscritas no IMPIC, I.P., exceto se, para o efeito, estiverem devidamente autorizadas nos termos legais em vigor sobre incompatibilidades.”*

Assim, conforme decorre do artigo acima referenciado, consubstancia uma situação de incompatibilidade o facto de o técnico integrar o quadro técnico de pessoal de uma empresa já inscrita no *IMPIC I.P.* ou se prestar serviço em entidades nacionais de controlo de realização de obras, ou em donos de obra pública.

#### **6. Posso ser responsável de alvará de quantas empresas?**

A referida questão prende-se com o regime previsto na Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, em particular com o n.º 3 do artigo 10.º, que dispõe o seguinte:

##### *Artigo 10.º*

##### *Capacidade técnica*

*“3 – O pessoal técnico referido no número anterior pode prestar serviços noutras empresas de construção, as quais, contudo, não podem usá-lo para a comprovação da respetiva capacidade técnica”.*

Assim, conforme decorre do artigo acima referenciado, só pode ser responsável de alvará de uma empresa.

#### **7. Sou responsável de alvará de uma empresa mas pretendo cessar as minhas funções?**

A cessação de funções técnicas deve ser comunicada ao InCI, IP, através do Portal do InCI [WWW.INCI.PT](http://WWW.INCI.PT), nos Serviços de Atendimento do Público dessa Entidade, ou por correio tradicional, no prazo de 15 dias, a contar da sua verificação e pode ser efetuada, quer pela empresa ([minuta da empresa](#)), quer pelo técnico ([minuta do técnico](#)), desde que quem comunique comprove perante o InCI que deu conhecimento à outra parte.

## AVAC

***8. Trabalho com a manutenção de SPLITS no que concerne à conformidade da intervenção a nível de tubagem, troca de gás e inclusive à troca de material defeituoso/estragado (placas eletrónicas/, condensadores, etc.) e tenho a necessidade de enviar aos clientes as fichas técnicas de intervenção assinadas, certificado APA, assim como certificados de manutenção. Posso assinar esses documentos, e caso não seja possível o que terei de fazer?***

Dentro das competências que lhe são reconhecidas face ao colégio de especialidade a que pertence (Energia e Sistemas de Potência), existe uma grelha dos atos complementares no campo A2 Execução e Exploração sobre instalações AVAC instalações mecânicas, validado pela Declaração OET Modelo 26.

Deverá o Engenheiro Técnico verificar se este modelo se encontra dentro das suas competências profissionais na OET. Não tendo, deverá entregar documentos comprovativos desta atividade, para assim ser averbado nas suas competências o respetivo ato profissional.



# AVALIAÇÃO ACÚSTICA

***9. É técnica e deontologicamente possível a um técnico (Engenheiro Técnico), subscrever um termo de responsabilidade para efeitos de autorização de utilização, sem ter por base uma avaliação acústica realizada previamente, por um laboratório acreditado que verifique a conformidade do edifício?***

Dado que o n.º 15.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, tem exigência para além da declaração e do termo de responsabilidade, não é possível técnica e deontologicamente um Engenheiro Técnico, subscrever um termo de responsabilidade para efeitos de autorização de utilização, sem ter por base uma avaliação acústica realizada previamente, por um laboratório acreditado que verifique a conformidade do edifício.

***10. Tive conhecimento da alteração da legislação à credenciação técnica relativa à QAI, e na qualidade de TRF, gostaria de saber qual o parecer das diversas Instituições/Ordens/Associações perante esta alteração da legislação?***

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos opôs-se veementemente à proposta do governo.

Nas diversas reuniões do conselho consultivo que foram realizadas ao longo do processo de revisão do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de abril, que aprovou o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, do Decreto-Lei n.º 79/2006, de 4 de abril, que aprovou o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios, e do Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de abril, que aprovou o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, com a presença de

diversos especialistas da área e membros das respetivas Ordens, foi discutido um documento que difere do atual.

Posteriormente e aquando do processo de aprovação das propostas do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto e da Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto em assembleia, mais uma vez foi solicitado parecer às diversas Ordens sobre os respetivos documentos, tendo sido confrontados com um documento completamente diferente do que tinha sido discutido nas diversas reuniões da comissão, ao qual, mais uma vez comentamos com sugestões de alterações, as quais não foram novamente incluídas. Tendo sido, assim, aprovado um documento que não reflete os desígnios da OET, uma vez que este documento não respeita os nossos membros, pelo que, também a OET não concorda com o documento aprovado.

#### ***11. Quem pode fazer a avaliação acústica?***

O Regulamento Geral do Ruído (RGR), publicado pelo Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, define a Avaliação Acústica como sendo a verificação da conformidade de situações específicas de ruído com os limites fixados.

Os limites a cumprir, e no que respeita a edifícios, são os estipulados no Regulamento dos Requisitos Acústicos de Edifícios (RRAE), publicado pelo Decreto-lei n.º 96/2008, de 9 de junho.

Nos termos do artigo 3.º, alínea 6) do RRAE: "A verificação da conformidade das disposições do presente Regulamento deve ser efetuada com base em ensaios acústicos, realizados de acordo com a normalização aplicável (...)"

O RGR define, no artigo 34.º, quem está habilitado a efetuar ensaios a medições acústicas. "Os ensaios e medições acústicas necessárias à verificação do cumprimento do disposto no presente regulamento são realizados por entidades acreditadas".

Ou seja, apenas entidades devidamente acreditadas pelo (Instituto Português de Acreditação) como laboratório de ensaios, segundo a norma NP EN

ISO/IEC 17025, possuem a competência técnica devidamente reconhecida para a elaboração de ensaios acústicos necessários para o processo de Avaliação Acústica.

Sempre que sejam instruídos pedidos de autorização de utilização de edifícios ou suas frações estes devem ser acompanhados de uma Avaliação Acústica, quer se tratem de edifícios novos ou edifícios e/ou frações que mudem a sua utilização.

A Avaliação Acústica é composta por:

- Parecer Técnico onde são apreciados os critérios de amostragem e a conformidade regulamentar em causa, subscrito por técnico qualificado, que sendo engenheiro, possua especialização em engenharia acústica outorgada pela Ordem dos Engenheiros ou, não sendo engenheiro ou não tendo aquela especialização, tenha recebido qualificação adequada na área de acústica de edifícios reconhecida pelas respetivas ordens ou associações profissionais;
- Resultados de Ensaios - relatórios de ensaios emitidos por laboratório acreditado.

Outra coisa, completamente distinta, é a verificação da conformidade, que consiste em verificar se a obra realizada está de acordo com o projeto.

Ora, nos termos do artigo 13.º n.º 8 do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, esta verificação de conformidade é dispensada quando o técnico assine o termo de responsabilidade. O referido Decreto-Lei, teve como um dos princípios basilares reforçar a responsabilidade dos intervenientes, consagrou a dispensa da consulta, aprovação ou parecer, por entidade interna ou externa aos municípios, dos projetos das especialidades e outros estudos, quando o respetivo projeto seja acompanhado por termo de responsabilidade subscrito por técnico autor do projeto legalmente habilitado. Trata-se de uma medida que se funda na confiança e responsabilização de cada interveniente e que visa concretizar e dar sentido aos termos de responsabilidade que acompanham todos os projetos de especialidade e outros estudos, reduzir os custos administrativos associados aos processos de controlo prévio e evitar controlos

redundantes. Aliás, a responsabilização acrescida dos profissionais em causa justifica-se plenamente na sequência do novo regime aprovado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos e pela fiscalização e direção de obra.

Ora, estabelece a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho no artigo 1.º, que, “A presente lei estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos relativos a operações e obras previstas no artigo seguinte, pela fiscalização e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial.

Quando existe uma lei especial, como é o caso da Lei do Ruído, a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho não se aplica.

Temos de ter em consideração o princípio da especialidade, que a lei especial derroga a lei geral.

Nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro os ensaios e medições acústicas necessárias à verificação do cumprimento do disposto no presente Regulamento são realizadas por entidades acreditadas.

E as entidades fiscalizadoras que realizam ensaios e medições acústicas necessárias à verificação do cumprimento, dispõem de um prazo de quatro anos para se acreditarem no âmbito do sistema português de qualidade.

Do supra exposto, concluímos que é obrigatória a creditação do IPAC para a avaliação acústica.

***12. A OET tem uma declaração que capacita os técnicos para a realização de medições acústicas, com que fundamento é a mesma emitida, já que desde fevereiro de 2011, as medições acústicas apenas poderão ser realizadas por entidades acreditadas para o efeito (de acordo com o art.º***

*34º do Decreto-Lei 9/2007 retificado pela Declaração de retificação 18/2007 e ponto 6 do art.º 3 do Decreto-Lei 96/2008)?*

As medições acústicas têm de ser elaboradas por uma instituição com os ensaios acreditados. O que a declaração da OET pretende, não é outra coisa, senão, atestar a capacidade do técnico que a exhibe como tendo conhecimento e condições técnicas para a elaboração das mesmas e elaboração do respetivo relatório final.

## AUTOR DE PROJETO

A alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, 1 de junho que define o autor de projeto como: *“o técnico ou técnicos que elaboram e subscrevem, com autonomia, o projeto de arquitetura, cada um dos projetos de engenharia ou o projeto de paisagismo, os quais integram o projeto, subscrevendo as declarações e os termos de responsabilidade respetivos”*.

### **13. Quais são os deveres do autor de projeto?**

Os autores de projeto devem exercer a sua atividade com autonomia técnica, cumprir com os deveres que decorram de obrigações assumidas por contrato e das normas de natureza deontológica, que estejam obrigados a observar em virtude do disposto nos respetivos estatutos profissionais.

O n.º2 do artigo 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho estabelece os deveres que os autores de projeto estão obrigados a cumprir e que se passa a transcrever:

- “a) Subscrever os projectos que tenham elaborado, indicando o número da inscrição válida em organismo ou associação profissional, quando aplicável;
- b) Adoptar as soluções de concepção que melhor sirvam os interesses do dono da obra, expressos no programa preliminar e na apreciação de cada fase do projecto, ao nível estético, funcional e de exequibilidade do projecto e da obra, devendo justificar tecnicamente todas as soluções propostas;
- c) Garantir, com o coordenador do projecto, na execução do projecto, a sua harmonização com as demais peças desenhadas e escritas necessárias à

caracterização da obra, sem que se produza uma duplicidade desnecessária de documentação, de modo a garantir a sua integridade e a sua coerência;

d) Actuar junto do coordenador de projecto, sempre que tal se justifique, no sentido de esclarecer o relevo das opções de concepção ou de construção;

e) Prestar assistência técnica à obra, de acordo com o contratado;

f) Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra, ao coordenador de projecto e, quando aplicável, à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia, a cessação de funções enquanto autor de projecto, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;

g) Nos casos previstos na alínea anterior, o autor de projecto fica obrigado a prestar assistência técnica à obra quando a sua execução possa contratual ou legalmente prosseguir, até à sua substituição junto da entidade acima indicada, até ao limite máximo de 60 dias, contados da comunicação prevista na alínea anterior;

h) Cumprir os demais deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respectivas portarias regulamentares, bem como as demais normas legais e regulamentares em vigor.”

#### ***14. O autor de projeto pode ser na mesma obra diretor de fiscalização?***

A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho que estabelece o regime jurídico sobre a qualificação exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela direção de obras e pela fiscalização de obras que não estejam sujeitas a legislação especial, estabelece na alínea f) do artigo 3.º que “O *Diretor de fiscalização de obra* é o técnico , habilitado, nos termos da presente lei , a quem incumbe assegurar a

*verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução e, quando aplicável, o cumprimento das condições de licença ou da comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, e ainda o desempenho das competências.”.*

Para uma melhor clarificação das questões colocadas, transcreve-se o artigo 16.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterado pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho onde constam os deveres do diretor de fiscalização, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor:

#### *Artigo 16.º*

##### *Deveres do diretor de fiscalização de obra*

*1 — O diretor de fiscalização de obra fica obrigado, com autonomia técnica, a:*

*a) Assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução, e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;*

*b) Acompanhar a realização da obra com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e à fiscalização do decurso dos trabalhos e da atuação do diretor de obra no exercício das suas funções, emitindo as diretrizes necessárias ao cumprimento do disposto na alínea anterior;*

*c) Recorrer sempre a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a fiscalização abranja o conjunto de projetos envolvidos;*

*d) Requerer, sempre que tal seja necessário para assegurar a conformidade da obra que executa ao projeto de execução ou ao cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor, a assistência técnica ao coordenador de projeto com intervenção dos autores de projeto, ficando também obrigado a proceder ao registo desse facto e das respetivas circunstâncias no livro de obra, bem como das solicitações de assistência técnica que tenham sido efetuadas pelo diretor de obra;*



*e) Comunicar, de imediato, ao dono da obra e ao coordenador de projeto qualquer deficiência técnica verificada no projeto ou a necessidade de alteração do mesmo para a sua correta execução;*

*f) Participar ao dono da obra, bem como, quando a lei o preveja, ao coordenador em matéria de segurança e saúde, durante a execução da obra, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado e o cumprimento do prazo previsto em procedimento contratual público ou para a conclusão das operações urbanísticas, sempre que as detetar na execução da obra;*

*g) Desempenhar as demais funções designadas pelo dono da obra de que tenha sido incumbido, conquanto as mesmas não se substituam às funções próprias do diretor de obra ou dos autores de projeto, não dependam de licença, habilitação ou autorização legalmente prevista e não sejam incompatíveis com o cumprimento de quaisquer deveres legais a que esteja sujeito;*

*h) Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra e à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia a cessação de funções enquanto diretor de fiscalização de obra, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;*

*i) Assegurar que a efetiva condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades é efetuada por técnicos qualificados nos termos do artigo 14.º - A;*

*j) Cumprir os deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como pelo Código dos Contratos Públicos e demais normas legais e regulamentares em vigor.*

*2 — Sem prejuízo de disposição legal em contrário, não pode exercer funções como diretor de fiscalização de obra qualquer pessoa que integre o quadro de pessoal da empresa responsável pela execução da obra ou de qualquer outra empresa que tenha intervenção na execução da obra, incluindo o seu diretor.*

Atento o supra referido, conclui-se que, o mesmo técnico pode, desempenhar as duas funções de autor de projeto e diretor de fiscalização de obra, devendo para tal subscrever os respetivos termos de responsabilidade.

### **15. O autor de projeto pode cessar as suas funções?**

O autor de projeto é “o técnico ou técnicos que elaboram e subscrevem, com autonomia, o projeto de arquitetura, cada um dos projetos de engenharia ou o projeto de paisagismo, os quais integram o projeto, subscrevendo as declarações e os termos de responsabilidade respetivos” (cfr. alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho).

Assim, desde logo, o autor do projeto tem como obrigação elaborar um termo de responsabilidade pelo seu projeto, em que ateste que na elaboração do mesmo foram observadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, as normas técnicas de construção em vigor (cfr. artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, na atual redação conferida pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro).

Para além do dever acima mencionado, o artigo 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterda pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, elenca um conjunto deveres dos autores de projetos:

#### *“Artigo 12.º*

##### *Deveres dos autores de projetos*

*1 — Os autores de projeto abrangidos pela presente lei devem cumprir, em toda a sua atuação, no exercício da sua profissão e com autonomia técnica, as normas legais e regulamentares em vigor que lhes sejam aplicáveis, bem como os deveres, principais ou acessórios, que decorram das obrigações assumidas por contrato, de natureza pública ou privada, e das normas de natureza deontológica, que estejam obrigados a observar em virtude do disposto nos respetivos estatutos profissionais.*

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior e de outros deveres consagrados na presente lei, os autores de projeto estão, na sua atuação, especialmente obrigados a:

- a) *Subscrever os projetos que tenham elaborado, indicando o número da inscrição válida em organismo ou associação profissional, quando aplicável;*
- b) *Adotar as soluções de conceção que melhor sirvam os interesses do dono da obra, expressos no programa preliminar e na apreciação de cada fase do projeto, ao nível estético, funcional e de exequibilidade do projeto e da obra, devendo justificar tecnicamente todas as soluções propostas;*
- c) *Garantir, com o coordenador do projeto, na execução do projeto, a sua harmonização com as demais peças desenhadas e escritas necessárias à caracterização da obra, sem que se produza uma duplicidade desnecessária de documentação, de modo a garantir a sua integridade e a sua coerência;*
- d) *Atuar junto do coordenador de projeto, sempre que tal se justifique, no sentido de esclarecer o relevo das opções de conceção ou de construção;*
- e) *Prestar assistência técnica à obra, de acordo com o contratado;*
- f) *Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra, ao coordenador de projeto e, quando aplicável, à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia, a cessação de funções enquanto autor de projeto, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;*
- g) *Nos casos previstos na alínea anterior, o autor de projeto fica obrigado a prestar assistência técnica à obra quando a sua execução possa contratual ou legalmente prosseguir, até à sua substituição junto da entidade acima indicada, até ao limite máximo de 60 dias, contados da comunicação prevista na alínea anterior;*
- h) *Cumprir os demais deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como as demais normas legais e regulamentares em vigor.*

Assim, a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho estabelece a possibilidade de o autor de projeto cessar as suas funções.

No entanto, isto não significa que o autor de projeto possa retirar o respetivo termo de responsabilidade do procedimento administrativo. De facto, a legislação não prevê essa possibilidade, mas apenas a faculdade de o autor de projeto cessar as suas funções, com efeitos para o futuro.

Na prática significa que, entre outras coisas, cessa o dever de prestar assistência técnica à obra, de acordo com o contratado.

A cessação de funções deverá ser comunicada no prazo de cinco dias úteis, à entidades mencionadas no artigo supracitado: ao dono da obra, ao coordenador de projeto e, quando aplicável, à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia.

No entanto, importa referir que o autor de projeto mantém a obrigação de assistência técnica à obra por um período transitório, até à sua substituição nos termos do artigo 12.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho ou até ao limite máximo de 60 dias.

#### ***16. É da responsabilidade no final da obra do autor do projeto a apresentação do termo de responsabilidade da conformidade da execução da obra com o projeto aprovado /apresentado para a concessão de autorização de utilização de edifícios ou frações?***

O n.º 1 do artigo 63.º do RJUE estabelece o que se passa a transcrever: “1 - O pedido de autorização de utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra ou diretor de fiscalização de obra, no qual aqueles devem declarar que a obra está concluída e que foi executada de acordo com o projeto de arquitetura e arranjos exteriores aprovados e com as condições da licença ou da comunicação prévia e, se for caso disso, que as alterações efetuadas ao projeto estão em conformidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.”

E o n.º 2 do artigo 63.º do RJUE, prevê o que se passa a citar: “ O pedido de autorização nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito por pessoa habilitada a ser autor de projeto segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos.”

Em conclusão, o pedido de autorização de utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelo autor de projeto quando não haja lugar à realização de obras ou quando se trate de alteração de utilização ou de autorização de arrendamento para fins não habitacionais de prédios ou frações não licenciados (n.º2 do artigo 62.º RJUE).

*17. Segundo o artigo 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho um dos deveres dos autores de projetos é prestar assistência técnica à obra, de acordo com o contratado. Essa assistência corresponde apenas a visitas à obra quando solicitado pelo diretor de obra ou de fiscalização, ou a visitas periódicas à obra? Caso não seja do interesse do dono de obra a assistência técnica à obra o projetista pode recusar-se a dar essa assistência?*

Conforme refere a alínea e) do artigo 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que se passa a citar:

*Prestar assistência técnica à obra, de acordo com o contratado.*

Atento o supra referido, depende do que foi assumido entre o projetista e o dono de obra.

*18. É da responsabilidade do autor do projeto a execução das telas finais dos projetos, pode este recusar-se, devido ao facto de apenas prestar assistência técnica à obra e desta forma faltar*

***informação para a realização das respetivas telas finais? Deverão ser realizadas em colaboração com o diretor de obra?***

A alínea c) da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho refere que: “As «telas finais» são o conjunto de desenhos finais do projecto, integrando as rectificações alterações introduzidas no decurso da obra e que traduzem o que foi efectivamente construído”.

O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/20174, de 9 de setembro - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) - não é preciso na definição de quem tem legitimidade para elaborar as telas finais.

Destarte, as telas finais podem ser elaboradas pelo autor de projeto ou por outro técnico, contudo consideramos que se estiver em causa uma cópia ou uma reprodução dos desenhos originais ou do projeto de alterações, devem ser da responsabilidade do autor do projeto inicial.

Mas no caso de se terem introduzidas alterações durante a execução da obra de autoria de outro técnico, entendemos que nesse caso, as telas finais deverão ser elaboradas pelo técnico que assumiu essa responsabilidade.

***19. Como autor do projeto de construção de uma moradia, posso também inscrever a moradia nas repartições de finanças, ou se este ato extravasa as nossas competências e terá de ser efetuado apenas por um solicitador, advogado ou TOC?***

Nos termos do artigo 13º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), que se passa a transcrever:

## **“Artigo 13.º**

### ***Inscrição nas matrizes***

1 - A inscrição de prédios na matriz e a atualização desta são efetuadas com base em declaração apresentada pelo sujeito passivo, no prazo de 60 dias contados a partir da ocorrência de qualquer dos seguintes factos:

- a) Uma dada realidade física passar a ser considerada como prédio;
- b) Verificar-se um evento susceptível de determinar uma alteração da classificação de um prédio;
- c) Modificarem-se os limites de um prédio;
- d) Concluírem-se obras de edificação, de melhoramento ou outras alterações que possam determinar variação do valor patrimonial tributário do prédio;
- e) Verificarem-se alterações nas culturas praticadas num prédio rústico;
- f) Ter-se conhecimento da não inscrição de um prédio na matriz;
- g) Verificarem-se eventos determinantes da cessação de uma isenção, excepto quando estes eventos sejam de conhecimento oficioso; *(Redacção do DL 211/2005-07/12)*
- h) Ser ordenada uma actualização geral das matrizes;
- i) *(Revogada pelo artigo 216.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)*
- j) Verificar-se a ocorrência prevista no n.º 2 do artigo 9.º;
- l) Iniciar-se a construção ou concluir-se a plantação, no caso de direito de superfície.

2 - Presume-se que o adquirente de um prédio omissso tomou conhecimento da omissão no momento da transmissão ou do início da posse, salvo prova em contrário.

3 - O chefe de finanças competente procede, oficiosamente:

- a) À inscrição de um prédio na matriz, bem como às necessárias actualizações, quando não se mostre cumprido o disposto no n.º 1;
- b) À actualização do valor patrimonial tributário dos prédios, em resultado de novas avaliações ou quando tal for legalmente determinado;
- c) À actualização da identidade dos proprietários, usufrutuários, superficiários e possuidores, sempre que tenha conhecimento de que houve mudança do respectivo titular;

- d) À eliminação na matriz dos prédios demolidos, após informação dos serviços relativa ao termo da demolição;
- e) À inscrição do valor patrimonial tributário definitivo determinado nos termos do presente Código.”

4 - As inscrições ou actualizações matriciais devem referir o ano em que tenham sido efectuadas, bem como os elementos que as justifiquem.

5 - Na situação prevista na alínea g) do n.º 1 o prazo para a apresentação da declaração é de 30 dias e no caso de transmissão gratuita de prédios urbanos a que se refere a alínea i) do mesmo número aplica-se o prazo estabelecido no n.º 3 do artigo 26.º do Código do Imposto do Selo. *(Redacção do DL 211/2005-07/12)*

6 - Sempre que haja lugar à junção dos elementos referidos nos n.os 2 e 3 do artigo 37.º, têm-se por não entregues as declarações que não sejam por eles acompanhadas. *(Redacção do DL 211/2005-07/12)*

7 - A Direcção-Geral dos Impostos procede ao pré-preenchimento da declaração a que se refere o n.º 1, quanto disponha dos elementos previstos no artigo 128.º, sem prejuízo da validação a efectuar pelo sujeito passivo. *(Redacção dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro).*

Assim, resulta do artigo supra referido que é o sujeito passivo que deve fazer a comunicação às finanças, poderá no entanto, através da procuração a que alude o artigo 262.º do Código Civil representar o sujeito passivo para o ato em questão.



## COMUNICAÇÃO PRÉVIA

### *20. Que documentos devo entregar na Câmara Municipal para instruir a comunicação prévia de obras de edificação?*

Nos termos do artigo 22.º da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril é estabelecido que a comunicação prévia referente à realização de obras de edificação deve ser instruída com os seguintes elementos:

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhado de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que aquela respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
- Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei, exceto se estas já se pronunciaram favoravelmente no âmbito da operação de loteamento ou plano de pormenor, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RJUE, caso em que será indicado o procedimento e os termos em que tal pronúncia ocorreu;
- Projeto de arquitetura, a apresentar nos termos da alínea f) do n.º 15;
- Projetos de especialidades, a apresentar em função do tipo de obra a executar, com os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:
  - (i) Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica;

- (ii) Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei;
- (iii) Projeto de redes prediais de água e esgotos;
- (iv) Projeto de águas pluviais;
- (v) Projeto de arranjos exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado;
- (vi) Projeto de infraestruturas de telecomunicações;
- (vii) Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro;
- (viii) Projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;
- (ix) Projeto de segurança contra incêndios em edifícios;
- (x) Projeto de condicionamento acústico.
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;
- Quando se trate de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, ou conservação de imóvel de edifícios de habitação, os elementos previstos no ponto 1.1 do anexo à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, relativa ao desempenho energético de edifícios:
  - (i) Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto de comportamento térmico;
  - (ii) Projeto de comportamento térmico elaborado por técnico responsável, onde devem constar evidências das soluções adotadas e os cálculos efetuados e cumprimento do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação;
  - (iii) Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção preconizada;
  - (iv) Pré-certificado do SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.
- Quando se trate de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, ou conservação de imóvel de edifícios de comércio e serviços, os elementos previstos no ponto 2.1 do anexo à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, relativa ao desempenho energético de edifícios:
  - (i) Termo(s) de responsabilidade subscrito(s) pelo autor(es) do(s) projeto(s) do(s) sistema(s) técnicos(s) objeto de requisitos, no âmbito do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
  - (ii) Declaração ou outra prova de reconhecimento de capacidade profissional dos técnicos responsáveis pelo(s) projeto(s) do(s) sistema(s) técnico(s) objeto de requisitos no âmbito do Regulamento de

Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), emitida pela respetiva ordem profissional;

(iii) Projeto(s) do(s) sistema(s) técnico(s) objeto de requisitos no âmbito do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), elaborado(s) pelo(s) técnico(s) responsável(is) pelo(s) mesmo(s), onde devem constar evidências das soluções adotadas e os cálculos efetuados;

(iv) Pré-certificado do SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços.

- Fotografias do imóvel sempre que se trate de obras de alteração, reconstrução, ampliação ou existam edificações adjacentes;
- Calendarização da execução da obra, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos;
- Estimativa do custo total da obra;
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro;
- Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra;
- Número do alvará ou de registo emitido pelo InCI, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza e valor da obra;
- Livro de obra, com menção de termo de abertura;
- Plano de segurança e saúde;
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.

# COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA

## *21. Quem é que pode ser coordenador de segurança e saúde?*

A atividade de coordenação de segurança, em projeto ou em obra, é exercida por técnicos superiores e por técnicos de segurança, higiene e saúde no trabalho, qualificação atribuída de acordo com o regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30 de junho, Portaria n.º 137/2001, de 1 de março, Lei n.º 14/2001, de 4 de junho e Decreto Legislativo Regional n.º 11/2003/M de 7 de junho.

## *22. Quem nomeia o coordenador de segurança e saúde?*

A nomeação do coordenador de segurança em fase de projeto é uma competência do dono da obra, e deve verificar-se nas situações previstas no n.º1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

## *23. É obrigatória a nomeação de um coordenador de segurança e saúde para qualquer tipo de obra?*

É obrigatória a **nomeação do coordenador de segurança da obra** sempre que se preveja a intervenção de duas ou mais empresas na execução da obra. Assim, esta nomeação deverá ter lugar nos casos seguintes:

- Se para além do empreiteiro se prevê a intervenção de qualquer Subempreiteiro;
- Se a empreitada é adjudicada a duas ou mais empresas;
- Se além do empreiteiro, o próprio dono da obra assegura diretamente com os seus próprios meios a execução de parte dos trabalhos.

## **24. O que compete ao coordenador de segurança e saúde em fase de projeto e em obra?**

O coordenador de segurança e saúde é um garante e um animador da coerência que deve existir em todas as fases do processo, desde a fase de projeto até fase de entrega da obra.

São funções do coordenador de segurança e saúde:

- Assegurar que a integração e a protecção da saúde de todos os intervenientes no estaleiro, na elaboração do projecto da obra, sejam consideradas pelo(s) autor(es) do projecto, que deverão ter em atenção os princípios gerais de prevenção em matéria de segurança e saúde, consagrados no DL 441/91 de 14 de Novembro , alterado pelo DL 133/99, de 21 de Abril;
- Promover e coordenar, durante a realização da obra, a aplicação dos princípios gerais de prevenção de riscos profissionais nas opções técnicas e organizativas necessárias à planificação dos trabalhos ou das fases do trabalho que terão lugar simultânea e sucessivamente e ainda na previsão do tempo destinado à realização desses trabalhos ou fases de trabalhos;
- Verificar o cumprimento das obrigações cometidas aos empregadores e trabalhadores independentes;
- Verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, nomeadamente os desenvolvimentos e especificações relativos à execução de obra, elaborados pela empresa adjudicatária.

# COORDENADOR DE PROJETO

## *25. Quem é o coordenador de projeto?*

A alínea c) da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, estabelece que o coordenador de projeto é “o autor de um dos projetos ou o técnico que integra a equipa de projeto com a qualificação profissional exigida a um dos autores, a quem compete garantir a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra, assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos e as condições necessárias para o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada autor de projeto”.

## *26. O coordenador de projeto pode ser autor de mais do que um projeto?*

Segundo o disposto no art.º 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, aplicável ao caso concreto por via do art.º 1.º do mesmo diploma, compete ao coordenador do projeto, com autonomia técnica, e sem prejuízo das demais obrigações que assuma perante o dono da obra, representar a equipa de projeto perante o dono da obra, o diretor de fiscalização e quaisquer outras entidades; verificar a qualificação profissional de cada um dos elementos da equipa de elaboração de projeto; assegurar a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra; assegurar a compatibilidade entre as peças desenhadas e escritas necessárias a caracterização da obra; atuar junto do dono da obra no sentido de promover o esclarecimento do relevo das opções de conceção ou de construção no custo ou eficiência da obra, sempre que aquele o solicite ou tal se justifique; verificar o respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis; instruir o processo relativo a constituição da equipa de projeto, o qual inclui a identificação de todos os seus elementos, cópia dos contratos celebrados para a elaboração de projeto, cópia dos termos de responsabilidade pela sua elaboração e cópia dos comprovativos da contratação de seguro de responsabilidade civil; comunicar ao dono da obra e aos autores de projeto, no prazo de 5 dias úteis, a cessação de funções enquanto coordenador de projeto,

ficando no entanto obrigado a prestar assistência técnica a obra, até ao limite máximo de 60 dias, quando a sua execução possa contratual ou legalmente prosseguir.

O coordenador de projeto está obrigado a subscrição de termo de responsabilidade pela correta elaboração e compatibilização das peças do projeto que coordena.

De acordo com o disposto na al. c) do artigo 3º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho o coordenador de projeto é “*o autor de um dos projectos ou técnico que integra a equipa de projecto, com a qualificação profissional exigida a um dos autores, a quem compete garantir a adequada articulação da equipa de projecto em função das características da obra, assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projectos e as condições necessárias para o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade e a respeitar por cada autor de projecto*”

Concluimos que, nos termos da mesma Lei é, efetivamente, permitido que o técnico coordenador acumular tal função apenas com a autoria de um dos projetos envolvidos, desde que seja qualificado para o elaborar nos termos da presente lei.

# DECLARAÇÕES

## ***27. Como obtenho a declaração de IRS?***

Está disponível no sistema SEDAP a declaração Modelo 194, IRS – 2013.

Têm acesso a esta declaração, que está disponível para impressão, os membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos, que procederam à liquidação das 12 quotas do ano de 2013. Esta declaração não necessita de vinheta.

O CDN emite e envia a declaração para efeitos de IRS, aos membros da OET que, no ano de 2013, estiveram sujeitos à liquidação de parte da quotização anual.

Para esclarecimentos contacte [cdn@oet.pt](mailto:cdn@oet.pt).

As regularizações feitas pelo CDN relativamente a esta situação de quotização podem demorar até 24 horas até serem refletidas no sistema SEDAP pelo que a disponibilização da declaração *online* pode não ser imediata.

## ***28. Num processo de licenciamento de uma moradia, para juntar termo de responsabilidade de alteração é necessária apresentar nova declaração da OET?***

Em conformidade com a regra do par *Declaração/Ato de engenharia*, deve entender-se que no decurso de um mesmo procedimento administrativo os Engenheiros Técnicos devem apresentar junto da entidade pública onde o mesmo procedimento corre uma ou mais Declarações emitidas pela OET, consoante nele pratiquem um ou mais atos de engenharia, respectivamente.

Assim, o Engenheiro Técnico terá de apresentar uma nova declaração.



## ***29. Para requerer a licença de utilização é necessário apresentar declaração da OET?***

O artigo 63.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), prevê no artigo 63.º, n.º 1 que “O pedido de autorização de utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelo director de obra ou director de fiscalização de obra...”.

Por outro lado, o artigo 16.º da Portaria n.º 1110/2001, de 19 de setembro, estabelece que o pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas frações é instruído com os elementos referidos nas alíneas a), b), e), g), j) e l) do n.º 15.º.

Assim, a alínea a) do artigo 15.º, exige que o técnico comprove que é titular de determinado título que confere a faculdade de realizar determinado ato de engenharia: “Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação”.

Conclui-se, assim, que, é através da declaração emitida pela OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e com a vinheta colocada, que se certifica a qualificação profissional para a prática do ato de engenharia de um processo, pelo que é correto que a Câmara Municipal num pedido de licença de utilização solicite ao técnico o termo de responsabilidade acompanhado com a declaração da OET.

De referir ainda que, a Câmara Municipal ao exigir a Declaração da OET, está a cumprir com o previsto no artigo 22.º, n.º 2 da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho que se passa a transcrever: “ Os técnicos cuja qualificação é regulada pela presente lei devem comprovar, nos termos da presente lei, as qualificações para o desempenho das funções específicas a que se propõem .....” .

## ***30. Necessito de elaborar um plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, uma vez que não encontro***

***no site nenhuma declaração específica para o efeito, gostaria de saber se pode ser utilizado o modelo 153.***

A Declaração que solicita é o modelo n.º 136-A.

### ***31. As Declarações da OET têm prazo de validade?***

Exceto a Declaração modelo 45 com a validade de 6 (seis) meses, todas as demais Declarações têm a validade de 1 (um) ano a contar da data da sua emissão, sendo em todos os casos o prazo de validade das Declarações contado até à data da sua entrega nas entidades públicas/licenciadoras.

Mesmo que não tenham impressa a validade, as declarações só são válidas pelo período de 1 ano (ou menos, em casos especiais devidamente assinalados na declaração).

O membro da OET, caso o deseje, pode solicitar a substituição da mesma, sem custos.

### ***32. Qual é o modelo de declaração para parecer técnico da avaliação acústica?***

O modelo de declaração adequado é, efetivamente, o Modelo 131B já que a verificação de conformidade deve ser acompanhada por uma declaração do equipamento, tal como referido no documento anexo. Se analisar o texto desse modelo (<http://www.oet.pt/downloads/Decl/MODELO131B.pdf>) encontra essa referência:

A verificação de conformidade com o projecto será efectuada com equipamento certificado por entidade competente, conforme declaração anexa.

Ou seja, à declaração Modelo 131B deve anexar a declaração de certificação do equipamento.

# DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

## **33. Posso substituir um colega?**

De acordo com o Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, e alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho, a substituição de um colega na execução de um trabalho implica que o técnico que o vai substituir lhe comunique essa substituição.

De facto, a alínea d) do artigo 58.º do Estatuto da OET dispõe que é dever do engenheiro técnico *“quando chamado a substituir um colega na execução de um trabalho, não o aceitar sem o informar previamente”*.

Assim, independentemente de outras obrigações que possam existir, quer ao nível contratual, quer relacionadas com direitos de autor, sobre as quais não compete à OET pronunciar-se, no que respeita ao código deontológico a condição para a substituição é de não aceitar a obra sem que antes tenha informado o Colega.

## **34. Onde posso encontrar quais as consequências (a nível disciplinar, contraordenacional ou criminal) no caso de um engenheiro técnico, responsável por obra (como diretor de obra) – especialidade civil?**

O Estatuto da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho e o Regulamento Disciplinar da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, Regulamento n.º 2/2013, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 2, de 3 de janeiro contemplam a matéria disciplinar a que os Engenheiros Técnicos estão sujeitos.

Os Engenheiros Técnicos estão sujeitos a responsabilidade civil, disciplinar, contraordenacional e criminal. Contudo à OET apenas cabe pronunciar-se sobre a matéria disciplinar que está regulamentada nos diplomas supra mencionados.

Assim, as penas disciplinares que podem recair sobre os Engenheiros Técnicos, conforme estipulado no n.º1 do artigo 63.º do Estatuto da OET vão desde a advertência à suspensão de um a cinco anos.

***35. Sou funcionário numa empresa onde tenho colegas meus que se intitulam engenheiros mas não pertencem nem á Ordem dos Engenheiros nem a Ordem dos Engenheiros Técnicos. A minha pergunta é a seguinte como e onde devo apresentar uma queixa sobre estes colegas.***

O artigo 4.º do Estatuto da OET (Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º47/2011, de 27 de junho), dispõe o seguinte:

*“A atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro técnico dependem de inscrição como membro efetivo da Ordem”.*

Face ao exposto, não é possível a prática de atos próprios da profissão de engenheiro técnico a quem não tenha a sua inscrição em vigor na OET.

Acresce ainda que o exercício de uma profissão sem reunir as necessárias condições para tal, poderá enquadrar-se no tipo de crime previsto na alínea b) do artigo 358.º do Código Penal – crime de usurpação de funções:

*“Quem: (...)*

*b) Exercer profissão ou praticar ato próprio de uma profissão para a qual a lei exige título ou preenchimento de certas condições, arrogando-se, expressa ou tacitamente, possuí-lo ou preenche-las, quando não possui ou não as preenche (...);*

*é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.”*

O crime de usurpação de funções é um crime de natureza pública, pelo que, qualquer pessoa poderá denunciá-lo ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária, ou aos órgãos de polícia criminal.

Por fim, importa referir que a Ordem não pode agir disciplinarmente sobre a(s) pessoa(s) indicada(s) no *e-mail*, desde logo porque só tem jurisdição sobre os seus membros (cfr. alínea f) do artigo 2.º e n.º1 do artigo 59.º do Estatuto da OET).

No entanto, caso a Ordem tenha conhecimento de situações de usurpação de funções, deverá a Ordem encaminhar a denúncia às entidades competentes para o respetivo procedimento, nomeadamente ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária, ou aos órgãos de polícia criminal.

De facto, o interesse público subjacente ao exercício da engenharia, cuja defesa pertence à Ordem dos Engenheiros Técnicos (cfr. alínea h) do artigo 2.º do Estatuto OET), faz impender sobre a mesma o dever da adoção de medidas para combater a prática ilícita da engenharia.

## DIREITOS DE AUTOR

*36. Recentemente descobri que um projeto meu ITED, foi alvo de cópia, falsificação de assinatura, de termo de responsabilidade, o que devo fazer?*

Deverá em primeiro lugar, apurar a que Ordem o subscritor do projeto pertence. No caso de se tratar de um Engenheiro Técnico poderá sempre apresentar queixa à OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, porquanto, a alínea b) do artigo 57.º do Estatuto da OET, refere que:

*“São deveres do Engenheiro Técnico no exercício da sua profissão:*

*b) Apenas assinar pareceres, projectos ou outros trabalhos profissionais de que seja seu autor ou colaborador.”*

De referir ainda que, poderá apresentar queixa à ANACOM e às entidades judiciais.

## DIRETOR DE OBRA

A alínea g) do artigo 3º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 estabelece que o Diretor de Obra é “g) «Diretor de obra», o técnico habilitado a quem incumbe assegurar a execução da obra, cumprindo o projeto de execução e, quando aplicável, as condições da licença ou comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;”.

### **37. Quais são os deveres do diretor de obra?**

Os deveres do diretor de obra, estão estabelecidos no artigo 14.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que se transcreve para uma melhor clarificação:

#### *“Artigo 14.º*

##### *Deveres do diretor de obra*

*1 — Sem prejuízo do disposto na legislação vigente, o diretor de obra fica obrigado, com autonomia técnica, a:*

- a) Assumir a função técnica de dirigir a execução dos trabalhos e a coordenação de toda a atividade de produção da empresa responsável pela execução da obra;*
- b) Assegurar a correta realização da obra, no desempenho das tarefas de coordenação, direção e execução dos trabalhos, em conformidade com o projeto de execução e o cumprimento das condições da licença ou da admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público;*
- c) Adotar os métodos de produção adequados, de forma a assegurar o cumprimento dos deveres legais a que está obrigado, a qualidade da obra executada, a segurança e a eficiência no processo de construção;*
- d) Requerer, sempre que o julgue necessário para assegurar a conformidade da obra que executa ao projeto ou ao cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor, a intervenção do diretor de fiscalização de obra, a*

*assistência técnica dos autores de projeto, devendo, neste caso, comunicar previamente ao diretor de fiscalização de obra, ficando também obrigado a proceder ao registo desse facto e das respetivas circunstâncias no livro de obra;*

*e) Quando coordene trabalhos executados por outras empresas, devidamente habilitadas, no âmbito de obra cuja realização tenha sido assumida pela empresa cujo quadro de pessoal integra, deve fazer -se coadjuvar, na execução destes, pelos técnicos dessas mesmas empresas;*

*f) Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, a cessação de funções, enquanto diretor de obra, ao dono da obra, bem como ao diretor de fiscalização de obra e à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento administrativo, em obra relativamente à qual tenha apresentado termo de responsabilidade, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;*

*g) Assegurar a efetiva condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades por técnicos qualificados nos termos do artigo 14.º -A;*

*h) Cumprir as normas legais e regulamentares em vigor.*

*2 — Para efeito do disposto na alínea d) do número anterior, nos casos em que não seja legalmente prevista a existência obrigatória de diretor de fiscalização de obra, cabe ao diretor de obra o dever de requerer, nas situações e termos previstos na referida alínea e com as necessárias adaptações, a prestação de assistência técnica aos autores de projeto, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal, contraordenacional ou outra, das demais entidades que tenham sido contratadas pelo dono da obra.*

### **38. Posso ser diretor de obra e diretor de fiscalização na mesma obra?**

O diretor de fiscalização e o diretor de obra são duas figuras distintas, com funções diferentes, não sendo possível acumular as duas funções.



De facto, ao diretor de obra compete assegurar a execução da obra, cumprindo o projeto de execução e, quando aplicável, as condições da licença ou da comunicação prévia, bem como, o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor (cfr. alínea g) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho). Sendo uma empresa a assumir a responsabilidade pela execução da obra, o diretor de obra deve integrar o respetivo quadro de pessoal (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e alínea c) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho).

Ao contrário do diretor de obra, o diretor de fiscalização não pode fazer parte do quadro de pessoal da empresa de construção que tenha assumido a responsabilidade pela execução da obra ou de qualquer outra empresa que tenha intervenção na execução da obra. Esta proibição resulta não só das funções inerentes a cada uma das funções, mas resulta igualmente da própria lei (cfr. n.º2 do artigo 16.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho):

“Artigo 16.º

#### **Deveres do diretor de fiscalização de obra**

(...)<sup>2</sup> — *Sem prejuízo de disposição legal em contrário, **não pode exercer funções como diretor de fiscalização de obra** qualquer pessoa que integre o quadro de pessoal da empresa de construção que tenha assumido a responsabilidade pela execução da obra ou de qualquer outra empresa que tenha intervenção na execução da obra.*”

#### **39. Posso exercer funções numa empresa e ser diretor de fiscalização de uma obra que nada tem a ver com a empresa?**

Os deveres do diretor de fiscalização de obra estão estabelecidos no artigo 16.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho donde resulta, nomeadamente, a obrigação de o diretor de fiscalização em “acompanhar a realização da obra com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e à fiscalização do decurso dos trabalhos e da

*atuação do diretor de obra no exercício das suas funções, emitindo as diretrizes necessárias (...)*".

O n.º 2 do artigo supracitado, refere as situações em que não é possível exercer as funções de diretor de fiscalização, aplicando-se, nomeadamente, a quem integre o quadro de pessoal da empresa de construção que tenha assumido a responsabilidade pela execução da obra ou de qualquer outra empresa que tenha intervenção da execução da obra. Assim, desde logo se verifica, nomeadamente, a incompatibilidade entre as funções de diretor de obra e diretor de fiscalização.

Por outro lado, importa também ter em atenção o disposto na alínea b) do artigo 56.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos (Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho e pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro) donde resulta que o engenheiro técnico deve *"prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros, nunca abandonando, sem justificação, os trabalhos que lhe forem confiados ou os cargos que desempenhar"*.

Assim, antes de aceitar as funções referidas, deverá o técnico verificar se o mesmo poderá dispensar disponibilidade bastante para assegurar as exigências inerentes às duas funções, de forma a não causar prejuízo para a entidade empregadora e, por outro lado, assegurar cabalmente as funções que se propõe a desempenhar.

Face ao exposto, deverá verificar-se se a situação exposta se enquadra nas incompatibilidades acima referidas.

#### ***40. Posso ser diretor de técnico de obra, de uma empreitada num edifício classificado situado na zona histórica?***

A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho que estabelece a qualificação exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela direção de obras e pela fiscalização de obras que não estejam sujeitas a legislação especial, estabelece no n.º 5 do artigo 4.º que *"(Podem desempenhar a função de diretor de obra, de acordo com o projeto ordenador ou a natureza predominante da mesma, os técnicos*

*qualificados nos termos do anexo II à presente Lei, que dela faz parte integrante)”.*

Nos termos do Anexo II acima referenciado, *a direção de obras em edifícios classificados, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, incumbe, a engenheiros especialistas, a engenheiros seniores ou conselheiros ou com 10 anos de experiência, **a engenheiros técnicos com o mínimo de 13 anos de experiência** (sublinhado e negrito nosso) ou Engenheiros técnicos especialistas ou engenheiros técnicos seniores e a arquitetos com o mínimo de 10 anos de experiência, exceto nas seguintes obras e trabalhos:*

- a) Obras de demolição e preparação dos locais da construção, perfurações e sondagens;*
- b) Estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e de aeródromos e vias férreas, redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e outras, obras de engenharia hidráulica, estações de tratamento de água ou de águas residuais; obras portuárias e de engenharia costeira e fluvial; estações de tratamento de resíduos sólidos; centrais de produção de energia e de tratamento, refinação ou armazenamento de combustíveis ou materiais químicos, não de retalho;*
- c) Obras em edifícios com estruturas complexas ou que envolvam obras de contenção periférica e fundações especiais.”*

Neste sentido e de acordo com a legislação e vigor, a OET emite as declarações para os atos de engenharia, que constam do Regulamento dos Atos de Engenharia, estando estabelecidos em grelhas e por especialidades.

#### ***41. O diretor de obra tem de pertencer obrigatoriamente ao quadro técnico da empresa?***

De acordo com a alínea c) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, prevê que com a comunicação do início da execução dos trabalhos, é apresentado documento do qual consta a identificação da empresa da construção que executa a obra bem como “Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação

de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra, de diretor de obra e, quando aplicável, dos técnicos que conduzam a execução dos trabalhos nas diferentes especialidades”.

Assim, o diretor de obra deve integrar o respetivo quadro de pessoal por contrato de trabalho ou prestação de serviços..

#### ***42. Posso ser diretor de obra e coordenador de segurança na mesma obra?***

O Decreto –Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro que estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis, prevê no n.º 6 artigo 9.º que: “O coordenador de segurança em obra não pode intervir na execução da obra como entidade executante, subempreiteiro, trabalhador independente na acepção do presente diploma ou trabalhador por conta de outrem, com excepção, neste último caso, da possibilidade de cumular com a função de fiscal da obra”.

Atento o supra exposto não pode o diretor de obra ser coordenador de segurança em obra.

## DIRETOR TÉCNICO DE OBRA

### *43. A que figura corresponde atualmente o diretor técnico de obra?*

Nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o **diretor técnico de obra** era aquele a quem competia proceder à fiscalização da obra e que, a final, atestava que o projeto e as condições de licenciamento tinham sido cumpridos.

Entretanto, a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que regula a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização e pela direção de obra pública ou particular, alterou conceitos e criou novas figuras: criou a figura do **diretor de obra** e alterou o conceito de diretor técnico de obra que se passa a designar por **diretor de fiscalização de obra**.

Assim sendo, atentas as funções de diretor técnico de obra, nos termos do pretérito diploma, atualmente corresponde a figura do **diretor de fiscalização de obra**.

## DONO DE OBRA

A alínea h) do artigo 3º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, estabelece que o dono de obra é, “a entidade por conta de quem a obra é realizada, o dono da obra pública tal como este é definido no Código dos Contratos Públicos, o concessionário relativamente a obra executada com base em contrato de concessão de obra pública, bem como qualquer pessoa ou entidade que contrate a elaboração de projeto”.

### ***44. O dono de obra pode trocar de técnico diretor de fiscalização sem que o Engenheiro Técnico tenha de ceder a sua posição formalmente perante a Câmara?***

Ao diretor de fiscalização incumbe, entre outras funções, assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução e, quando aplicável, o cumprimento das condições da licença ou da comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (cfr. alínea d) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho).

No artigo 16.º do diploma legal supracitado, estão indicados os deveres do diretor de fiscalização estipulando para o mesmo, entre outros, os seguintes deveres:

- a) *“Assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projecto de execução, e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor”,*
- b) *“Acompanhar a realização da obra com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e à fiscalização do decurso dos trabalhos e da actuação do director de obra no exercício das suas*

*funções, emitindo as directrizes necessárias ao cumprimento do disposto na alínea anterior”;*

- c) *“Requerer, sempre que tal seja necessário para assegurar a conformidade da obra que executa ao projecto de execução ou ao cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor, a assistência técnica ao coordenador de projecto com intervenção dos autores de projecto, ficando também obrigado a proceder ao registo desse facto e das respectivas circunstâncias no livro de obra, bem como das solicitações de assistência técnica que tenham sido efectuadas pelo director de obra”;*

Do que foi acima referido, decorre que o diretor de fiscalização não pode, efetivamente, pactuar com a execução de uma obra em desconformidade com o respetivo projeto.

Por outro lado, relativamente à cessação de funções, a alínea g) do artigo 16.º do mesmo diploma refere também como dever do diretor de fiscalização *“comunicar, no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra e à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia a cessação de funções enquanto director de fiscalização de obra, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade”*.

A substituição do diretor de fiscalização deve ser comunicada nos termos do n.º 9 do artigo 9.º do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação).

Assim, conclui-se que é possível proceder-se à substituição do diretor de fiscalização, desde que cumpridas as formalidades exigidas, nomeadamente, o disposto no RJUE.

As restantes questões são tipicamente do foro privado, decorrentes da relação estabelecida com o dono de obra, pelo que compete às partes dirimirem.

De referir, no entanto, que a comunicação da cessação de funções produzirá efeitos para o futuro, pelo que, o técnico deverá ter em atenção o cumprimento dos seus deveres.

## ITED

### ***45. Qual o procedimento que tenho de efetuar para que fique habilitado a projetista de Ited?***

Os membros da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, terão de frequentar com sucesso formação habilitante (ITED-B), ou equivalente, com a duração de 100h.

Esta condição é definida no protocolo OET/OE/ANACOM e é válido para membros da OET e da OE.

A pesquisa por entidades reconhecidas e respetivas ações poderá ser efetuada no *site* da ANACOM, na área do ITED-ITUR.

### ***46.É suficiente para justificar a exceção de aplicabilidade referida no Artigo 60º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, apresentar junto da entidade licenciadora (Câmara Municipal) uma declaração devidamente subscrita por técnico habilitado a executar projectos de ITED a atestar a/as justificações da remota probabilidade de vir a necessitar de infra -estruturas de comunicações electrónicas?***

Sim, terá de haver uma fundamentação para a justificação de que o edifício em causa apresenta uma remota probabilidade de ter infraestruturas de telecomunicações. Estas são situações muito excecionais e devem ser encaradas como tal.

A fundamentação deverá ser feita por um projetista devidamente habilitado e deverá ser acompanhada por um termo de responsabilidade por essa justificação e entregue junto da entidade licenciadora, por exemplo a Câmara Municipal.

### ***47. A entidade licenciadora (Câmara Municipal) tem legitimidade para não aceitar a justificação referida na pergunta 46)?***



Por princípio cabe ao projetista a inteira responsabilidade da justificação, tal como caberia em caso de projeto, pelo que a existirem dúvidas por parte da Câmara Municipal, essas deveriam ser posteriormente colocadas diretamente à ANACOM e não ao projetista. Sempre que exista conflito entre a Câmara Municipal e o projetista deverá o processo ser remetido à ANACOM, quem terá a última palavra a dizer e quem poderá aceitar, ou não, a justificação do projetista.

*48. Na situação apresentada nas perguntas 46 e 47 e caso seja esclarecido que existe legitimidade da entidade licenciadora (Câmara Municipal) em não aceitar uma declaração elaborada de acordo com o definido no Artigo 60º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, qual é a entidade responsável pela arbitragem da decisão da entidade licenciadora?*

É a ANACOM.

# ESTALEIRO DE OBRA

## 49. O que preciso fazer para proceder à abertura do estaleiro?

A referida matéria encontra-se regulada no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que estabelece as regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção da construção.

O Artigo 15.º, Comunicação prévia da abertura do estaleiro, estabelece que:

*“1 — O dono da obra deve comunicar previamente a abertura do estaleiro à Inspeção-Geral do Trabalho quando for previsível que a execução da obra envolva uma das seguintes situações:*

- a) Um prazo total superior a 30 dias e, em qualquer momento, a utilização simultânea de mais de 20 trabalhadores;*
- b) Um total de mais de 500 dias de trabalho, correspondente ao somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores.*

*2 — A comunicação prévia referida no número anterior deve ser datada, assinada e indicar:*

- a) O endereço completo do estaleiro;*
- b) A natureza e a utilização previstas para a obra;*
- c) O dono da obra, o autor ou autores do projeto e a entidade executante, bem como os respectivos domicílios ou sedes;*
- d) O fiscal ou fiscais da obra, o coordenador de segurança em projeto e o coordenador de segurança em obra, bem como os respectivos domicílios;*
- e) O diretor técnico da empreitada e o representante da entidade executante, se for nomeado para permanecer no estaleiro durante a execução da obra, bem como os respectivos domicílios, no caso de empreitada de obra pública;*
- f) O responsável pela direção técnica da obra e o respectivo domicílio, no caso de obra particular;*
- g) As datas previstas para início e termo dos trabalhos no estaleiro;*

*h) A estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes que estarão presentes em simultâneo no estaleiro, ou do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores, consoante a comunicação prévia seja baseada nas alíneas a) ou b) do n.º 1;*

*i) A estimativa do número de empresas e de trabalhadores independentes a operar no estaleiro;*

*j) A identificação dos subempreiteiros já selecionados.*

**3 — A comunicação prévia deve ser acompanhada de:**

*a) Declaração do autor ou autores do projeto e do coordenador de segurança em projeto, identificando a obra;*

*b) Declarações da entidade executante, do coordenador de segurança em obra, do fiscal ou fiscais da obra, do diretor técnico da empreitada, do representante da entidade executante e do responsável pela direção técnica da obra, identificando o estaleiro e as datas previstas para início e termo dos trabalhos.*

**4 — O dono da obra deve comunicar à Inspeção-geral do Trabalho qualquer alteração dos elementos da comunicação prévia referidos nas alíneas a) a i) nas quarenta e oito horas seguintes, e dar ao mesmo tempo conhecimento da mesma ao coordenador de segurança em obra e à entidade executante.**

**5 — O dono da obra deve comunicar mensalmente a atualização dos elementos referidos na alínea j) do n.º 2 à Inspeção-geral do Trabalho.**

**6 — A entidade executante deve afixar cópias da comunicação prévia e das suas atualizações, no estaleiro, em local bem visível.”**

Assim, entende-se que o Engenheiro Técnico deve entregar a Declaração do Modelo 80, emitida pela OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

**50.O Engenheiro Técnico é obrigado a assinar o termo de responsabilidade de abertura de estaleiro de obra, considerando que realizou um projeto do qual é o técnico responsável apesar de ter sido despedido?**

O art. 12.º, n.º 2, al. f) da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho estipula que, “os autores de projecto estão, na sua actuação, especialmente obrigados a comunicar no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra, ao coordenador de projecto e, quando aplicável, à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia, a cessação de funções enquanto autor de projecto, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade”.

Ora, uma vez que o engenheiro técnico foi despedido, está dispensado de comunicar ao dono da obra, **contudo terá de comunicar às entidades perante as quais tenha decorrido o procedimento de licenciamento ou a comunicação prévia.**

Estipula a alínea g) dos referidos número e artigo que “ nos casos previstos na alínea anterior, o autor do projecto fica obrigado a prestar assistência técnica à obra quando a sua execução possa contratual ou legalmente prosseguir, até à sua substituição junto da entidade acima indicada, até ao limite máximo de 60 dias, contados da comunicação prevista na alínea anterior”.

Acrescenta a subsequente alínea h): “Cumprir os demais deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respectivas portarias regulamentares, bem como as demais normas legais e regulamentares em vigor”.

Por outro lado, o artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, estabelece que, o dono da obra deve comunicar previamente a abertura do estaleiro à Inspeção Geral do Trabalho, atualmente, Autoridade das Condições do trabalho, e o n.º 3 alínea a) prevê que a comunicação prévia seja acompanhada da declaração do autor do projeto.

Contudo, uma vez que o membro foi despedido o que fez com que cessasse as suas funções enquanto autor de projeto, a declaração pretendida pelo dono da obra terá de ser subscrita por outro técnico que assuma a responsabilidade do projeto.

Conclusão: Considerando que o membro foi despedido e que tal facto determinou que cessasse as suas funções enquanto autor de projeto, e bem assim que já passaram os 60 dias a que estava obrigado para prestar a assistência técnica, considera-se que o membro, embora continue a ser responsável pelos projetos aprovados, já não terá qualquer tipo de responsabilidade no acompanhamento dos projetos que subscreveu, desde que outro técnico assuma essa responsabilidade, devendo contudo a ocorrência ser comunicada às perante as quais decorreu o procedimento de licenciamento.

# EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

## *51. É obrigatória a inscrição na Ordem para exercer atos de engenharia?*

O artigo 4.º do Estatuto da OET (Decreto Lei n.º 349/99, de 9 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho e pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro ) dispõe o seguinte:

*“A atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro técnico dependem de inscrição como membro efetivo da Ordem”.*

Face ao exposto, não é possível a prática de atos próprios da profissão de Engenheiro Técnico a quem não tenha a sua inscrição em vigor na OET como membro efetivo.

Acresce ainda que o exercício de uma profissão sem reunir as necessárias condições para tal, poderá enquadrar-se no tipo de crime previsto na alínea b) do artigo 358.º do Código Penal – crime de usurpação de funções:

*“Quem: (...)*

*b) Exercer profissão ou praticar ato próprio de uma profissão para a qual a lei exige título ou preenchimento de certas condições, arrogando-se, expressa ou tacitamente, possuí-lo ou preenche-las, quando não possui ou não as preenche (...);*

*é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.”*

O crime de usurpação de funções é um crime de natureza pública, pelo que, qualquer pessoa poderá denunciá-lo ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária, ou aos órgãos de polícia criminal.

O interesse público subjacente ao exercício da engenharia, cuja defesa é atribuição da Ordem dos Engenheiros Técnicos (cfr. alínea h) do artigo 2.º do Estatuto OET), faz impender sobre a mesma o dever da adoção de medidas para combater a prática ilícita da engenharia.

Neste quadro, a OET tem vindo a participar ao Ministério Público os casos de ilegalidade que têm chegado ao seu conhecimento,

## ***52. Sou Engenheiro Técnico oriundo de um país da Europa, posso inscrever-me na OET?***

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, com Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, e alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso de ensino superior do 1º ciclo em Engenharia, ou de formação equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico.

Acresce, que os atos de engenharia a praticar pelos engenheiros técnicos constam do [Regulamento n.º 189/2012](#), aprovado em 7 de janeiro de 2012, que regulamenta e estabelece a grelha dos atos de engenharia a praticar pelos membros da OET.

A OET, nos termos da Portaria n.º 325/2000, na redação dada pela Portaria n.º 41/2008, de 11 de janeiro, que aprova a lista das profissões regulamentadas, incluindo a profissão de engenheiro técnico, é definida como sendo a entidade competente para apreciar e decidir os pedidos formulados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna portuguesa a Diretiva do Conselho n.º 89/48/CEE, de 21 de dezembro de 1988, relativa a um sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos, conjuntamente com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do

Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

Acresce que a [Portaria 96/2012](#), de 5 de abril, que define as autoridades nacionais competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, designa a Ordem dos Engenheiros Técnicos como é sendo autoridade nacional competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais das profissões de:

- Engenheiro técnico civil
- Engenheiro técnico de eletrónica e telecomunicações
- Engenheiro técnico de energia e sistemas de potência
- Engenheiro técnico mecânico
- Engenheiro técnico químico
- Engenheiro técnico informático
- Engenheiro técnico geotécnico
- Engenheiro técnico agrícola
- Engenheiro técnico geográfico/topográfico.
- Engenheiro técnico de ambiente
- Engenheiro técnico de segurança
- Engenheiro técnico aeronáutico
- Engenheiro técnico de transportes
- Engenheiro técnico de proteção civil
- Engenheiro técnico alimentar
- Engenheiro técnico industrial e de qualidade.

### ***53. Posso exercer a minha atividade no Brasil?***



A OET já diligenciou junto do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e do Consulado do Brasil em Portugal, no sentido de celebrar um protocolo de colaboração para que as habilitações profissionais dos Engenheiros Técnicos sejam reconhecidas no Brasil automaticamente, aguardando – se a posição do CONFEA nesta matéria.

Assim, enquanto não for celebrado protocolo entre a OET e o CONFEA, será necessário que o Engenheiro Técnico apresente o seu certificado de habilitações junto de uma Universidade Pública do Brasil, para que esta faça a revalidação do diploma.

O início do processo ocorre no CREA, no qual o engenheiro técnico pretende exercer a sua atividade profissional.

Salientamos que, o Engenheiro Técnico apenas necessita de submeter a documentação abaixo mencionada, sendo que toda a tramitação entre o CREA e o CONFEA ocorrerá entre estas duas entidades, não sendo necessário, portanto, que o engenheiro técnico se dirija ao CONFEA.

1) Engenheiro Técnico diplomado em Portugal, Portador de Visto Permanente:

O registo deve ser requerido pelo profissional diplomado no exterior, portador de visto permanente, por meio do preenchimento de formulário próprio (obtido no Crea) apresentando os seguintes documentos:

- a) original do diploma ou do certificado, revalidado por instituição brasileira de ensino;
- b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas leccionadas;
- c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino;
- d) conteúdo programático das disciplinas leccionadas;
- e) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;
- f) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

- g) comprovativo de residência; e
- h) duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores,

Observações:

Os documentos mencionados nas alíneas a) a g) devem ser apresentados em fotocópia autenticada ou em original e fotocópia.

Os originais dos documentos serão restituídos pelo Crea ao interessado, no momento do requerimento do registo, após certificada a autenticidade das cópias.

2) Engenheiro Técnico diplomado em Portugal, Portador de Visto Temporário, com Contrato de Trabalho no Brasil:

O registo deve ser requerido pelo profissional diplomado no exterior, portador de visto temporário, com contrato temporário de trabalho no País, por meio do preenchimento de formulário próprio (obtido no Crea) apresentando os seguintes documentos:

- a) original do diploma ou do certificado, revalidado por instituição brasileira de ensino;
- b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas leccionadas;
- c) documento indicando a duração do período letivo leccionado pela instituição de ensino;
- d) conteúdo programático das disciplinas leccionadas;
- e) cópia do despacho do Ministério do Trabalho e Emprego publicado no Diário Oficial da União autorizando seu trabalho no País;
- f) documento que comprove a relação de trabalho entre a entidade contratante e o profissional;
- g) contrato de trabalho com entidade de direito público ou privado;
- h) contrato de prestação de serviço sem vínculo empregatício, averbado ou registrado no órgão competente; ou
- i) comprovativo de vínculo temporário com o Governo brasileiro para a prestação de serviço;

- j) declaração da entidade contratante, especificando as atividades que o profissional irá desenvolver no País;
- k) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;
- l) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- m) declaração da entidade contratante, indicando um profissional brasileiro a ser mantido como assistente junto ao profissional estrangeiro; e
- n) prova da relação contratual entre a entidade contratante e o assistente brasileiro;
- o) comprovativo de residência no País; e
- p) duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores.

Os documentos mencionados nas alíneas a) a o) serão apresentados em cópias autenticadas ou em original e fotocópia.

Os originais dos documentos serão restituídos pelo Crea ao interessado, no momento do requerimento do registro, após certificada a autenticidade das cópias.

Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.

O profissional que desejar incluir na Carteira de Identidade Profissional as informações referentes ao tipo sanguíneo e ao fator RH deve instruir o requerimento de registro com exame laboratorial específico.

O estrangeiro portador de visto temporário, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve instruir o requerimento de registro com cópias do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.

Ademais, informamos que os prazos de análise de registo de profissional diplomado no exterior são variáveis, tendo em vista que dependerão da apreciação das instâncias do Crea (Câmara Especializada e Plenário) e do Confea. Em alguns casos, são necessárias diligências para obtenção de

informações complementares à instrução do processo. No Confea, a definição da ordem de análise respeita a data de entrada do processo no protocolo.

Para obter informações sobre andamento de processos, documentos ou esclarecer suas dúvidas sobre quaisquer serviços, segue os meios de contatos dos 27 Creas (em todos os Estados):

<b>Estados Brasileiros e Distrito Federal</b>	<b>Siglas</b>	<b>Telefones de Contato</b>	<b>Sites na Internet</b>
Acre	<b>Crea-AC</b>	<a href="tel:+556832147550">+55 68 3214-7550</a>	<a href="http://www.creaac.org.br">www.creaac.org.br</a>
Alagoas	<b>Crea-AL</b>	<a href="tel:+558221230852">+55 82 2123-0852</a>	<a href="http://www.crea-al.org.br">www.crea-al.org.br</a>
Amapá	<b>Crea-AP</b>	<a href="tel:+559632230318">+55 96 3223-0318</a>	<a href="http://www.creaap.org.br">www.creaap.org.br</a>
Amazonas	<b>Crea-AM</b>	<a href="tel:+559221257111">+55 92 2125-7111</a>	<a href="http://www.crea-am.org.br">www.crea-am.org.br</a>
Bahia	<b>Crea-BA</b>	<a href="tel:+557134538990">+55 71 3453-8990</a>	<a href="http://www.creaba.org.br">www.creaba.org.br</a>
Ceará	<b>Crea-CE</b>	<a href="tel:+558534535800">+55 85 3453-5800</a>	<a href="http://www.creace.org.br">www.creace.org.br</a>
Distrito Federal	<b>Crea-DF</b>	<a href="tel:+556139612800">+55 61 3961-2800</a>	<a href="http://www.creadf.org.br">www.creadf.org.br</a>
Espírito Santo	<b>Crea-ES</b>	<a href="tel:+552733349900">+55 27 3334-9900</a>	<a href="http://www.creaes.org.br">www.creaes.org.br</a>
Goiás	<b>Crea-GO</b>	<a href="tel:+556232216200">+55 62 3221-6200</a>	<a href="http://www.crea-go.org.br">www.crea-go.org.br</a>
Maranhão	<b>Crea-MA</b>	<a href="tel:+559821068300">+55 98 2106 8300</a>	<a href="http://www.creama.org.br">www.creama.org.br</a>
Mato Grosso	<b>Crea-MT</b>	<a href="tel:+556533153000">+55 65 3315-3000</a>	<a href="http://www.crea-mt.org.br">www.crea-mt.org.br</a>
Mato Grosso do Sul	<b>Crea-MS</b>	<a href="tel:+556733681000">+55 67 3368-1000</a>	<a href="http://www.creams.org.br">www.creams.org.br</a>
Minas Gerais	<b>Crea-MG</b>	<a href="tel:+5508000312732">+55 08000312732</a>	<a href="http://www.crea-mg.org.br">www.crea-mg.org.br</a>
Pará	<b>Crea-PA</b>	<a href="tel:+559140065500">+55 91 4006-5500</a>	<a href="http://www.creapa.com.br">www.creapa.com.br</a>
Paraíba	<b>Crea-PB</b>	<a href="tel:+558335332525">+55 83 3533 2525</a>	<a href="http://www.creapb.org.br">www.creapb.org.br</a>
Paraná	<b>Crea-PR</b>	<a href="tel:+550800410067">+55 0800-41-0067</a>	<a href="http://www.crea-pr.org.br">www.crea-pr.org.br</a>
Pernambuco	<b>Crea-PE</b>	<a href="tel:+558134234383">+55 81 3423-4383</a>	<a href="http://www.creape.org.br">www.creape.org.br</a>
Piauí	<b>Crea-PI</b>	<a href="tel:+558621079292">+55 86 2107-9292</a>	<a href="http://www.crea-pi.org.br">www.crea-pi.org.br</a>
Roraima	<b>Crea-RR</b>	<a href="tel:+559532241392">+55 95 3224-1392</a>	<a href="http://www.crearr.org.br">www.crearr.org.br</a>
Rondônia	<b>Crea-RO</b>	<a href="tel:+556921811095">+55 69 2181-1095</a>	<a href="http://www.crearo.org.br">www.crearo.org.br</a>
Rio de Janeiro	<b>Crea-RJ</b>	<a href="tel:+552121792000">+55 21 2179-2000</a>	<a href="http://www.crea-rj.org.br">www.crea-rj.org.br</a>
Rio Grande do Norte	<b>Crea-RN</b>	<a href="tel:+558440067200">+55 84 4006-7200</a>	<a href="http://www.crea-rn.org.br">www.crea-rn.org.br</a>
Rio Grande do Sul	<b>Crea-RS</b>	<a href="tel:+555133202100">+55 51 3320-2100</a>	<a href="http://www.crea-rs.org.br">www.crea-rs.org.br</a>
Santa Catarina	<b>Crea-SC</b>	<a href="tel:+554833312000">+55 48 3331-2000</a>	<a href="http://www.crea-sc.org.br">www.crea-sc.org.br</a>

São Paulo	<b>Crea-SP</b>	<a href="tel:+550800171811">+55 0800-17-1811</a>	<a href="http://www.creasp.org.br">www.creasp.org.br</a>
Sergipe	<b>Crea-SE</b>	<a href="tel:+557932343000">+55 79 3234-3000</a>	<a href="http://www.crea-se.org.br">www.crea-se.org.br</a>
Tocantins	<b>Crea-TO</b>	<a href="tel:+556984133431">+55 69 8413-3431</a>	<a href="http://www.crea-to.org.br">www.crea-to.org.br</a>

Quanto ao visto deverá dirigir-se ao Consulado do Brasil para obter informações.

#### ***54. Posso exercer a minha atividade na Europa?***

A OET é, desde 1993, membro da FEANI - Fédération Européenne d'Associations Nationales d' Ingénieurs ou (Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros). Poderá consultar a lista de membros da FEANI, que representam os respetivos países, em <http://www.feani.org> – “membership list”. Deverá ainda obter as declarações modelo 48 e 49, versão em inglês e francês.

#### ***55. Pretendo exercer a minha profissão no estrangeiro, a OET tem protocolos?***

A OET é, desde 1993, membro da FEANI - Fédération Européenne d'Associations Nationales d' Ingénieurs (Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros). Pode ser obtida mais informação em: <http://www.feani.org/site/index.php?id=12>. Deverá obter as declarações modelo 48 e 49, versão em inglês e francês.

De salientar ainda que a OET tem congéneres em Cabo Verde e na Guiné – Bissau, podendo exercer a profissão nestes países sem constrangimentos.

A OET celebrou um Protocolo com a Associação dos Engenheiros de Macau, o que permite que possa exercer a profissão em Macau.

Acresce também que a OET continua a diligenciar com as instituições que tutelam o exercício da engenharia noutros países,

como é o caso do Brasil, Angola e Emirados Árabes Unidos, no sentido de celebrar protocolos de reconhecimento mútuo profissional.

#### ***56. Posso exercer a profissão em Moçambique?***

Para exercer a profissão em Moçambique, é preciso ter os seguintes documentos:

- Certificado de habilitações do 12.º ano;
- Certificado de habilitações do curso superior de engenharia;
- Curriculum Vitae;
- Contrato de trabalho;
- Visto de trabalho.

Deverá entregar a referida documentação no Ministério da Educação de Moçambique e após certificação das suas habilitações académicas deverá solicitar junto do Ministério das Obras Públicas de Moçambique uma declaração para exercer a profissão de Engenheiro Técnico.

#### ***57. O tempo de estágio é contabilizado para tempo de experiência profissional ou apenas como membro efetivo?***

Foi deliberado em reunião do Conselho Diretivo Nacional da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, que: “Sempre que, nas condições de acesso, seja exigido tempo de experiência profissional, a sua contagem tem início na data de conclusão do curso.”

# Higiene e Segurança no Trabalho

*58. Estando a chegar a altura de renovação do CAP de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho venho por este meio solicitar a informação se esta renovação é automática, tendo em vista que sou Engenheiro Técnico de Segurança?*

O artigo 8.º, n.º1 da Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto que, aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho, prevê o seguinte:

“1 — Sem prejuízo do disposto no Código do Trabalho sobre formação contínua, a entidade certificadora suspende o título profissional quando, em cada período de cinco anos:

- a) Não se verifique a atualização científica e técnica, através da frequência de formação contínua correspondente a, pelo menos, 30 horas;
- b) Os técnicos que tenham um exercício profissional inferior a dois anos não frequentem 100 horas de formação contínua. “

O referido artigo não faz referência à renovação do CAP, contudo, é necessário que o TSST e TST em cada período de cinco anos:

- a) frequentem formação contínua correspondente a, pelo menos, 30 horas para atualização científica e técnica

ou

- b) os TSST e TST que tenham um exercício profissional inferior a 2 anos frequentarem 100 horas de formação contínua

Caso o TSST ou o TST não realize a referida formação a entidade certificadora terá de suspender o título profissional.

Atento o supra exposto, surgem duas hipóteses:

- a) O Engenheiro Técnico no período de cinco teve um exercício profissional no mínimo de dois anos, terá de fazer uma formação contínua de 30 horas, ministrada por uma entidade formadora certificada, ou
- b) O Engenheiro Técnico no período de cinco não teve um exercício profissional no mínimo de dois anos, terá de fazer uma formação contínua de 100 horas, ministrada por uma entidade formadora certificada.



# HONORÁRIOS

## ***59. Existe alguma tabela que estabeleça os honorários que os engenheiros técnicos devem receber?***

De acordo com as regras comunitárias de concorrência no mercado de serviço está restringida a fixação de honorários, pelo que, a Ordem dos Engenheiros Técnicos não tem competência para tecer qualquer recomendação a não ser a de alertar os seus membros para cumprirem nesta matéria o estabelecido na alínea d) do art.º 56º do Estatuto da Ordem, anexo à Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, i.e., “*Fixar uma remuneração adequada ao serviço prestado*”.

Contudo, poderá consultar o Regulamento de honorários para arquitetos e engenheiros – HOAI, publicado no site da OET e retirado do Site da Ordem dos Arquitetos, com a respetiva autorização.

Alertamos, que o referido documento não constitui nenhuma orientação específica da OET para os seus membros relativamente ao estabelecimento de uma tabela de honorários, pretendendo antes constituir um elemento informativo relativamente a organizações suas congéneres no espaço europeu.

Há igualmente, quem estabeleça o cálculo dos honorários de acordo com a Portaria de 7 de fevereiro de 1972, denominada “Instruções para o Cálculo dos Honorários Referentes aos Projetos de Obras Públicas”, alterada pela Portaria de 22 de novembro de 1974 e pela Portaria n.º 53, de 5 de março de 1986, revogada pela portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

Atento o supra exposto, cumpre informar que cabe ao Engenheiro Técnico estabelecer os seus próprios honorários.

# LEGALIZAR OBRAS

## *60. Posso legalizar uma obra?*

Relativamente à questão colocada, aplicam-se as regras gerais constantes do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com a alteração constante da Lei n.º 28/2010 de 2 de Setembro.

Na legalização de uma obra devem ser observadas os princípios e regras gerais constantes do diploma legal acima mencionado, bem como, a demais legislação complementar, não se encontrando um regime específico para a legalização de obras realizadas sem a respetiva licença, exceto no que respeita ao regime das AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal).

Assim, a regra geral é que o respetivo processo deve ser instruído com os elementos previstos para um licenciamento, ainda que, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

Para um melhor esclarecimento sobre esta questão deverá, entretanto, consultar o respetivo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (caso exista) e verificar se existem regras específicas de instrução dos procedimentos de legalização, bem como informar-se junto da respetiva Câmara Municipal.

# LICENCIAMENTO

## *61. Que documentos tenho de entregar na Câmara Municipal para instruir o pedido de licenciamento?*

Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março é referido o seguinte:

“O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
- c) Extractos das plantas de ordenamento, zoneamento e de implementação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
- d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
- e) Extractos das plantas do plano especial do ordenamento do território vigente;
- f) Projecto de arquitectura;
- g) Memória descritiva e justificativa;
- h) Estimativa do custo total da obra;

- i) Calendarização da execução da obra;
- j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;
- l) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
- m) Projetos de engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;
- n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
- p) Acessibilidades- desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006.”

***62. Que documentos tenho de entregar na Câmara Municipal para instruir o pedido de licenciamento de obras não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território?***

Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março é estabelecido que os pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;

- Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
- Extractos das plantas do plano especial do ordenamento do território vigente;
- Projecto de arquitectura;
- Memória descritiva e justificativa;
- Estimativa do custo total da obra;
- Calendarização da execução da obra;
- Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;
- Projetos de engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
- Acessibilidades- desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006;
- Planta à escala de 1:2500 ou superior e planta de síntese do loteamento, quando exista com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra e, sempre que não tiver havido lugar ao pedido de informação prévia ou este não esteja em vigor ou não exista operação de loteamento;
- Extracto da carta de Reserva Agrícola Nacional abrangendo os solos que se pretendem utilizar ou, quando esta não exista, parecer sobre a capacidade de uso, emitido pelos serviços competentes para o efeito;
- Extracto da carta de Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objecto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes.

# LIVRO DE OBRA

## **63. Quais são as obrigações do diretor de obra relativamente ao livro de obra?**

Ao diretor de obra compete assegurar a execução da obra, cumprindo o projeto de execução e, quando aplicável, as condições da licença ou da comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor (cfr. alínea e) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterda pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho).

Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, os deveres do diretor de obra constam do artigo 14.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterda pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, que se transcreve:

### **“Artigo 14.º**

#### ***Deveres do director de obra***

*1 — Sem prejuízo do disposto na legislação vigente, o director de obra fica obrigado, com autonomia técnica, a:*

- a) Assumir a função técnica de dirigir a execução dos trabalhos e a coordenação de toda a actividade de produção, quando a empresa, cujo quadro de pessoal integra, tenha assumido a responsabilidade pela realização da obra;*
- b) Assegurar a correcta realização da obra, no desempenho das tarefas de coordenação, direcção e execução dos trabalhos, em conformidade com o projecto de execução e o cumprimento das condições da licença ou da admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público;*
- c) Adoptar os métodos de produção adequados, de forma a assegurar o cumprimento dos deveres legais a que está obrigado, a qualidade da obra executada, a segurança e a eficiência no processo de construção;*

*d) Requerer, sempre que o julgue necessário para assegurar a conformidade da obra que executa ao projecto ou ao cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor, a intervenção do director de fiscalização de obra, a assistência técnica dos autores de projecto, devendo, neste caso, comunicar previamente ao director de fiscalização de obra, ficando também obrigado a proceder ao registo desse facto e das respectivas circunstâncias no livro de obra;*

*e) Quando coordene trabalhos executados por outras empresas, devidamente habilitadas, no âmbito de obra cuja realização tenha sido assumida pela empresa cujo quadro de pessoal integra, deve fazer -se coadjuvar, na execução destes, pelos técnicos dessas mesmas empresas;*

*f) Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, a cessação de funções, enquanto director de obra, ao dono da obra, bem como ao director de fiscalização de obra e à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento administrativo, em obra relativamente à qual tenha apresentado termo de responsabilidade, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;*

*g) Cumprir as normas legais e regulamentares em vigor.*

*2 — Para efeito do disposto na alínea d) do número anterior, nos casos em que não seja legalmente prevista a existência obrigatória de director de fiscalização de obra, cabe ao director de obra o dever de requerer, nas situações e termos previstos na referida alínea e com as necessárias adaptações, a prestação de assistência técnica aos autores de projecto, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal, contra -ordenacional ou outra, das demais entidades que tenham sido contratadas pelo dono da obra.”*

Por outro lado, relativamente à responsabilidade do diretor de obra no preenchimento do livro de obra, importa ter em conta o disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº

26/2010, de 30 de março, em particular o artigo 97.º, que dispõe o seguinte (sublinhado nosso):

*“Artigo 97.º*

***Livro de obra***

*1 — Todos os factos relevantes relativos à execução de obras licenciadas ou objecto de comunicação prévia devem ser registados pelo respectivo director técnico no livro de obra, a conservar no local da sua realização para consulta pelos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras.*

*2 — São obrigatoriamente registados no livro de obra, para além das respectivas datas de início e conclusão, todos os factos que impliquem a sua paragem ou suspensão, bem como todas as alterações feitas ao projecto licenciado ou comunicado.*

*3 — (...)”*

Face ao exposto, o diretor de obra tem a responsabilidade efetuar o devido acompanhamento da mesma e registar o estado de execução da obra no respetivo Livro de Obra, bem como, todos os factos de relevo relacionados com a mesma, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 97.º do RJUE.

Embora seja da responsabilidade do dono de obra garantir a existência do livro de obra no local de realização da mesma, a realização dos respetivos registos já é competência do diretor de obra.

Assim, verificando-se a falta dos registos do estado de execução da obra no livro de obra, poderá fazer com o que diretor de obra seja punido com uma contraordenação (cfr. artigo 98.º, n.º1, alínea m) do RJUE). Poderá ainda o mesmo incorrer em infração disciplinar, nomeadamente, por violação do artigo 55.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos (Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho, alterado pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro).



De facto, conforme dispõe o artigo 55.º do estatuto da OET, o Engenheiro Técnico tem o dever de “*desempenhar com competência as suas funções*”, o que implica, nomeadamente, que o mesmo aplique todo o seu saber no desempenho das suas funções, executando-as em conformidade com a legislação em vigor.

Por outro lado, no âmbito do dever deontológico acima referenciado, “*desempenhar com competência as suas funções*”, implica também que o engenheiro técnico recuse as tarefas em que, de alguma forma, a qualidade da prestação possa estar condicionada pelas condições existentes para a sua realização.

A inexistência do Livro de Obra no local de realização da mesma é um fator impeditivo para o cumprimento das obrigações do diretor de obra.

Assim, caso não seja facultado ao diretor de obra o acesso ao livro de obra, nem lhe seja permitido exercer as suas funções em conformidade com o disposto na legislação em vigor, deverá o mesmo cessar as suas funções, comunicando tal facto à entidade perante a qual tenha decorrido o procedimento administrativo, ao dono de obra e ao diretor de fiscalização (caso exista) – vd. o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 31/2009.

#### **64. Existe livro de obra em obras públicas?**

O livro de obra em obras públicas, é reportado na Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto, que aprova o formulário do caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas, previsto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O referido formulário contém as cláusulas gerais do caderno de encargos a incluir nos contratos de empreitadas de obras públicas a celebrar.

Apesar do carácter facultativo da sua utilização pelas entidades adjudicantes, procura-se por essa via a agilização e uniformização da estrutura dessa peça essencial dos procedimentos de formação de contratos.

De salientar que, nos termos do n.º 2.º da cláusula 24.ª da referida Portaria é estabelecida a obrigação do empreiteiro ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra.

Ademais, a cláusula 44.ª estabelece o regime que se aplica ao Livro de Registo de Obra, o qual para melhor compreensão se transcreve:

*“Cláusula 44.ª*

*Livro de Registo de obra*

*1 – O empreiteiro organiza um registo de obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo director de fiscalização de obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.*

*2 – Os factos a consignar obrigatoriamente no registo de obra, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:*

*a) ...;*

*b) ...;*

*c) ...(indicar factos).*

*3 – O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo director de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.”*

Atento o supra referido, conclui-se que, o livro de obra nas obras públicas é designado de Livro de Registo de Obra e os fatos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os indicados no caderno de encargos.

# Perito Avaliador

## *65. Sou Engenheiro Técnico, o que preciso para ser perito avaliador?*

1. Ser membro efetivo da OET;
2. Não estar inibido do exercício de funções públicas;
3. Não ter sido condenado pela prática de crime doloso contra a vida, a integridade física ou reserva da vida privada das pessoas, contra o património, de falsificação, contra a ordem e a tranquilidade públicas, de resistência ou desobediência à autoridade pública, de detenção ilegal de armas ou por qualquer outro crime doloso punível com pena de prisão, sem prejuízo da reabilitação judicial;
4. Não deter estatuto de aposentado da Administração Pública;
5. Tendo em consideração que os membros que exercem a sua atividade profissional junto das Câmaras Municipais, ou com estas colaborem, encontram-se impedidos de serem peritos na área territorial das mesmas;

Mais se informa que, deverá ser engenheiro técnico civil.

Caso preencha os requisitos e pretender candidatar-se a perito avaliador, deverá preencher a ficha que consta do site da OET, a remeter para [cdn@oet.pt](mailto:cdn@oet.pt) e juntar os seguintes documentos:

1. Curriculum Vitae;
2. Fotocópia do B.I. e contribuinte ou cartão de cidadão;
3. Certidão de registo criminal atualizada (pode ser enviada à posteriori, ou seja, após a nomeação definitiva);

4. Declaração a atestar que não detém o estatuto de aposentado da Administração Pública;
5. Declaração a atestar que não exerce (ou colabore) a sua atividade profissional em Câmara Municipal das localidades para as quais se candidata. (Nota: nesta declaração tem de ficar prescrito que se no decurso da sua atividade enquanto perito avaliador preencher alguma situação indicada neste ponto, tem de informar de imediato o Serviço de Finanças).

#### ***66. Quais são os objetivos da contratação de perito avaliador?***

O Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que procedeu à reforma da tributação do património edificado, e que aprovou, entre outros, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, estabelece no n.º 4 do artigo 15.º que no prazo máximo de 10 anos após a entrada em vigor do CIMI, isto é, até 1 de Dezembro de 2013, será determinada uma avaliação geral dos prédios urbanos objeto de tributação em sede de Imposto Municipal sobre os Imóveis.

Por sua vez, o ponto 6.3. do Memorando de Entendimento sobre as Condicionais de Política Económica (MoU), assinado a 17 de Maio de 2011, estabelece o compromisso da conclusão da referida avaliação geral até ao final do ano de 2012.

Neste contexto, foi publicada a Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, que aditou ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, os artigos 15.º-A a 15.º-N, com vista a regular a avaliação geral de prédios urbanos prevista no artigo 15.º do mesmo diploma, alterando-se em conformidade a redação do artigo 62.º do CIMI. No sentido de divulgar o mencionado regime da Avaliação Geral dos Prédios Urbanos, o Diretor da DGCI, assinou a circular n.º 25/2011.

O processo de seleção é feito pela Autoridade Tributária e Aduaneira e os requisitos para poder exercer a profissão são os seguintes:

1. Ser membro efetivo da OET;
2. Não estar inibido do exercício de funções públicas;

3. Não ter sido condenado pela prática de crime doloso contra a vida, a integridade física ou reserva da vida privada das pessoas, contra o património, de falsificação, contra a ordem e a tranquilidade públicas, de resistência ou desobediência à autoridade pública, de detenção ilegal de armas ou por qualquer outro crime doloso punível com pena de prisão, sem prejuízo da reabilitação judicial;
4. Não deter estatuto de aposentado da Administração Pública;
5. Tendo em consideração que os membros que exercem a sua atividade profissional junto das Câmaras Municipais, ou com estas colaborem, encontram-se impedidos de serem peritos na área territorial das mesmas.

Mais se informa que, deverá ser engenheiro técnico civil.

#### ***67. Os Engenheiros Técnicos podem exercer a profissão de perito avaliador?***

Pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, foi aprovado o CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujas disposições sobre os diversos tipos de avaliação de imóveis prevêm a designação, para o efeito, dos engenheiros, engenheiros técnicos, arquitetos, para além de outros técnicos, como peritos de avaliação. Assim, os Engenheiros Técnicos podem legalmente exercer a função de peritos avaliadores.

#### ***68. Se trabalhar numa Câmara Municipal posso ser perito avaliador?***

A Ordem dos Engenheiros Técnicos não poderá emitir parecer jurídico que ateste a ausência de incompatibilidade no exercício das funções de perito avaliador e de vereador na Câmara Municipal de ....., desde logo, porque a emissão de tal parecer não está compreendida nas suas atribuições estatutárias.

No entanto, relativamente aos peritos avaliadores, importa salientar que se encontram impedidos de exercer a sua atividade de peritos na área territorial de Câmara Municipal com a qual colaborem ou na qual exerçam a sua atividade profissional.

Neste sentido, aquando da apresentação da candidatura a perito local, é solicitada uma declaração subscrita pelo interessado atestando o seguinte:

*“Exercendo atividade profissional junto das Câmaras Municipais ou com estas colaborando, tomo conhecimento de que estou impedido de ser perito na área territorial das mesmas, pelo que não poderei ser selecionado para perito de Serviços de Finanças nessas áreas”.*

Face ao exposto, competirá ao próprio engenheiro técnico a verificação de se encontrar (ou não) em situação de incompatibilidade, não se apresentado como candidato quando se verifique alguma das situações que o impeçam de desempenhar as respetivas funções.

Para um melhor esclarecimento sobre este assunto, poderá consultar o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), em particular os artigos 69.º e 70.º.

Por fim, importa salientar que no exercício das suas funções, o engenheiro técnico deverá ter sempre presente as regras éticas e deontológicas que pautam o exercício da profissão, nomeadamente, o disposto na alínea b) do artigo 56.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos (Decreto-Lei n.º 374/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de junho) onde consta que o engenheiro técnico deve *“prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros (...)”*, o que implica, nomeadamente, que o engenheiro técnico deverá evitar colocar-se em situações que, potencialmente, possam gerar um conflito de interesses.

#### **69. Para se ser Perito Avaliador é preciso realizar um curso?**

Foi efetuado um contato para a DSA - Direção de Serviços de Avaliação que informou que não era necessário a conclusão do curso, desde que esteja inscrito na Ordem Profissional no colégio de engenharia civil.

***70. Estive a realizar a função de Perito Avaliador de Imóveis, assim gostaria de saber se ficarei com a habilitação de exercer avaliações de imóveis para solicitadores, bancos etc, ou se terei que tirar alguma formação a mais?***

Para o exercício da atividade de peritos avaliadores de imóveis dos fundos de investimento imobiliário, é necessário fazer um curso acreditado pela CMVM e os requisitos estão previstos no artigo 19.º do Regulamento n.º 8/2002 da CMVM, devendo da comunicação prévia do início da atividade constar os seguintes documentos:

- Comunicação prévia de início de atividade de peritos avaliadores de imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário à CMVM ([Modelo de Requerimento](#));
- Documento comprovativo de certificação (curso lecionado por uma entidade certificada pela CMVM);
- Documento comprovativo de habilitações profissionais;
- Cópia do bilhete de identidade;
- Apenas no caso de pessoas colectivas, cópia da certidão permanente;
- Cópia da apólice de responsabilidade civil relativa ao exercício da actividade ;
- Questionário Individual de Experiência Profissional e de Idoneidade([Modelo de Questionário Individual de Experiência Profissional e Idoneidade – Pessoas Singulares](#) ) ou ([Modelo de Questionário Individual de Experiência Profissional e Idoneidade – Pessoas Colectivas](#));
- Certificado de registo criminal (original);
- Declaração a atestar que o perito ou a sociedade a registar não se encontra em nenhuma das situações de incompatibilidade a que se refere o art. 21º do Regulamento n.º 8/2002 da CMVM.

### ***71. Os requisitos para admissão a peritos avaliadores também se referem a prédios rústicos?***

A admissão a peritos avaliadores referem-se unicamente a prédios urbanos, pelo que os prédios rústicos estão excluídos.

### ***72. Quais são os requisitos para ser perito judicial?***

Para se poder candidatar a perito judicial deverá preencher os seguintes requisitos:

1. Ser membro efetivo da OET.
2. Não estar inibido do exercício de funções públicas.
3. Não ter sido condenado pela prática de crime doloso contra a vida, a integridade física ou reserva da vida privada das pessoas, contra o património, de falsificação, contra a ordem e tranquilidade públicas, de resistência ou desobediência à autoridade pública, de detenção ilegal de armas ou por qualquer outro crime doloso punível com pena de prisão, sem prejuízo da reabilitação judicial.

Caso pretenda candidatar-se a perito judicial e reúna as condições acima mencionadas deverá enviar à OET a ficha de candidatura a perito judicial disponível no site da OET e juntar o seu *curriculum vitae*



# PRESTAÇÃO DE DESEMPREGO

*73. Estou presentemente na situação de desempregado, posso receber o subsídio de desemprego? Posso assumir a responsabilidade por projetos?*

Relativamente às condições de atribuição das prestações de desemprego, poderá consultar o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, que se encontra regulado pelo Decreto-Lei n.º220/2006, de 3.11 (com as alterações do Decreto-Lei 68/2009, de 20.03, Lei n.º 5/2010, de 5.05, Decreto-Lei n.º72/2010, de 18.06 e Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15.03).

No que respeita à análise da questão de saber se o membro reúne as condições para lhe ser atribuído o subsídio de desemprego, não pode a OET pronunciar - se, por tal matéria ser da competência do Instituto da Segurança Social, I. P.

No entanto, importa clarificar que a prática de atos de engenharia implica que o Engenheiro Técnico fixe uma remuneração adequada ao serviço prestado (cfr. alínea d) do artigo 56.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos), pelo que só em situações muito excecionais se poderá aceitar a prática de tais atos de forma gratuita, desde logo, porque poderá ser considerada uma forma de concorrência desleal e, portanto, contrária ao disposto na alínea a) do artigo 58.º do Estatuto da OET.

# PROJETOS

## *74. O Engenheiro Técnico pode assinar projetos de arquitetura?*

A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho entrou em vigor em 1.11.2009.

De acordo com a disposição transitória contida no n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei, foi estabelecido um período de **cinco anos** (contados da data da sua entrada em vigor) durante o qual os técnicos qualificados para a elaboração de projeto nos termos dos artigos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro, podem elaborar os projetos especificamente neles previstos, desde que comprovem que, nos cinco anos anteriores, já tinham elaborado e subscrito projeto no âmbito daqueles artigos e que tenha merecido aprovação municipal.

Assim, importa clarificar que, os técnicos qualificados para a elaboração de projeto de arquitetura (nos termos do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro), que comprovem que nos cinco anos anteriores a 01/11/2009 elaboraram projetos mereceram aprovação municipal, podem continuar a elaborar o mesmo tipo de projeto **durante o período transitório de 5 anos**.

De acordo com a mesma norma, os técnicos ficam, no entanto, sujeitos ao cumprimento dos deveres consagrados na Lei n.º 31/2009, de 31 de julho, bem como, quando aplicável, a fazer prova da condição referida no parágrafo anterior (de terem elaborado e subscritos projetos de arquitetura nos 5 anos anteriores) perante as entidades administrativas.

De referir ainda que, de acordo com o n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 31/2009, após o período transitório, os técnicos acima referidos podem ainda prosseguir a sua atividade, nos dois anos seguintes, desde que façam prova, mediante certidão emitida pela instituição de ensino que frequentam, de que completaram, até ao final do período transitório, pelo menos 180 créditos ou 3 anos curriculares de trabalho.

Após o período transitório de 5 anos, os autores dos projetos acima referidos poderão intervir em projetos de alteração aos projetos de que sejam autores (cfr. n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho).

***75. Quais são as qualificações necessárias para um Engenheiro Técnico assinar projeto de bacia de retenção de água residuais pluviais?***

Atendendo a que o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Água e de Drenagem de Águas Residuais, aprovado pelo Decreto - Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, ser omissos e que a Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, são omissos quanto ao enquadramento específico de uma bacia de retenção de águas residuais pluviais, consideramos que esta se enquadra nas obras de infraestruturas hidráulicas, semelhante a obras hidráulicas de pequenos açudes de correção torrencial e pequenas obras de regularização fluvial a que corresponde a categoria I.

Nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, a elaboração e subscrição de projetos de engenharia incumbe aos engenheiros e aos engenheiros técnicos e engenheiros estagiários e engenheiros técnicos estagiários com o mínimo de um ano de experiência.

***76. Quais são os requisitos necessários à apresentação, em território nacional, de projeto elaborado por técnico espanhol, para licenciamento municipal?***

Em primeiro lugar, há que fazer o enquadramento jurídico, que remete em primeira análise para a Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, que estabelece que só os engenheiros, engenheiros técnicos, arquitetos e arquitetos paisagistas é que estão habilitados a elaborar e a subscrever projetos.

Por sua vez o n.º3, do artigo 10.º desta Lei, refere que “só podem subscrever projetos os técnicos legalmente habilitados que se encontrem inscritos em

associação pública de natureza profissional e que façam prova da validade da sua inscrição aquando da apresentação do requerimento inicial.”

Ora, isto significa que um engenheiro técnico que queira elaborar e subscrever um projeto tem de estar inscrito na OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Mas, será que tal requisito é necessário para um cidadão da Comunidade Europeia, *in casu*, de nacionalidade espanhola, a resposta é positiva conforme se vai verificar.

O Decreto-Lei n.º 289/91, de 8 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de Outubro, regula a forma como qualquer cidadão nacional de um Estado membro da União Europeia, titular de um diploma de nível superior que confirme uma certa formação profissional, poderá exercer em Portugal, atividade profissional, no domínio de uma profissão regulamentada.

Para tal efeito, o mesmo diploma estabeleceu um processo tendente à obtenção da autorização para o referido exercício da atividade profissional, tendo remetido para a Portaria n.º 325/2000, de 8 de Junho, a lista das profissões sujeitas a tal procedimento, no espaço europeu, bem como das entidades a quem compete a apreciação e decisão dos pedidos formulados.

Assim, no ponto 3, do Anexo à referida Portaria, é designada a ANET, atual OET, enquanto autoridade competente para receber, apreciar e decidir os pedidos de exercício da profissão de engenheiro técnico, nas várias especialidades que sai indicadas.

Em conclusão, os requisitos necessários à apresentação por técnico de nacionalidade espanhola, para além do requerimento que solicita a aprovação do projeto deverá ser acompanhado de declaração da OET e termo de responsabilidade subscrito pelo técnico.

## ***77. Os Engenheiros Técnicos civis podem assinar projetos de pontes gruas- Calculo dos pórticos?***

Os projetos de pontes e gruas – Cálculo dos Pórticos, enquadram-se na Especialidade de Engenharia Civil, no ponto 1.1.1 – *Estabilidade e Contenção Periférica* do Regulamento n.º 189/2012 - Regulamento da prática dos atos de Engenharia pelos membros da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

**78. O que é preciso para ter competência para a responsabilidade de elaboração de projetos e planos de SCIE de 3.ª e 4.ª categorias e que seja reconhecido pelo OET(ANET) e ANPC?**

Nos termos do n.º 1, do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, a responsabilidade pela elaboração dos projetos de SCIE referentes a edifícios e recintos classificados na 3.ª e 4.ª categoria de risco, tem de ser assumida exclusivamente por um engenheiro técnico, engenheiro ou arquiteto reconhecido pela respetiva Ordem Profissional, com certificação de especialização declarada para os seguintes efeitos:

- a) O reconhecimento direto dos membros da OET, é proposto à ANPC desde que comprovadamente, possuam um mínimo de cinco anos em SCIE, descrita no curriculum vitae, conforme o Anexo I ao Protocolo assinado entre a ANET e a ANPC, ou
- b) O reconhecimento dos membros da OET, proposto por esta, que tenham concluído com aproveitamento as necessárias ações de formação em SCIE.

Assim, em primeiro lugar, deverá previamente enviar o seu curriculum para o seguinte e-mail: [cdn@oet.pt](mailto:cdn@oet.pt).

**79. O que é preciso para ser autor de projeto ITED/ITUR?**

De acordo com o protocolo estabelecido entre a OET, OE e ANACOM, o acesso à atividade de projetista ITED e ITUR está condicionado à frequência com aprovação de uma formação habilitante de 150 horas, conforme definido

no referencial formativo publicado no site da ANACOM ([http://www.anacom.pt/streaming/ReferencialFormativo2015paraEngenheiros.pdf?contentId=1357289&field=ATTACHED\\_FILE](http://www.anacom.pt/streaming/ReferencialFormativo2015paraEngenheiros.pdf?contentId=1357289&field=ATTACHED_FILE) ). No caso das Instituições de Ensino Superior, estas terão igualmente de cumprir os requisitos, pelo que a equivalência à formação habilitante dependerá de um pedido formalizado pela própria instituição à OET, depois de ver reconhecidas as condições materiais e laboratoriais pela ANACOM.

***80. Se entregar dois projetos da mesma obra separadamente, quantas declarações tenho que entregar?***

De facto, se o Engenheiro Técnico entregar os projetos de especialidade que realizou em simultâneo, isso corresponde a um único ato de engenharia.

No entanto, se realizar, por exemplo, 6 projetos de especialidade e os entregar separadamente, cada projeto deve ser acompanhado de uma declaração da OET, confirmando que o Engenheiro Técnico possui essa competência registada na OET. Então, neste caso, porque estamos a falar de 6 pedidos separados - correspondendo a 6 atos de engenharia diferentes-, teria que fazer acompanhar cada projeto de uma declaração.

***81. É obrigatório entregar na Câmara Municipal termo de responsabilidade para um edifício antigo que anteriormente, sofreu obras ilegais de ampliação?***

É legítimo a Câmara exigir uma declaração de um técnico de que o edifício reúne condições de segurança, solidez e salubridade.

O técnico ao elaborar tal declaração, pode recorrer a todos os meios para avaliar a situação, nomeadamente por observação direta a existência de deformações estruturais, fissuras nas paredes, assentamento das fundações ou qualquer anomalia visualmente aparente.

É fundamental saber com rigor a data da construção ou da última alteração, a existência de caderneta matricial, certidão da conservatória do registo predial, contratos de abastecimento de água e/ou eletricidade.

Não sendo possível tirar conclusões por observação direta sobre os requisitos em causa, será então aconselhável proceder a pequenos roços, nos elementos

estruturais em dúvida e, nesse caso, poderá eventualmente concluir-se pela necessidade de proceder a obras de reforço da estrutura ou recalçamento das fundações.

***82. Que procedimento se deve efetuar em caso da apresentação de projetos de alteração e telas finais sobre projetos inicialmente elaborados por um técnico e posteriormente por outro técnico alterados ou sujeitos a telas finais entregues nas Câmaras Municipais sem o conhecimento deste ou sua autorização?***

Estabelece o art.º 60.º n.º1 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), que “Quando edificada segundo projeto, não pode o dono da obra, durante a construção nem após a conclusão, introduzir nela alterações sem consulta prévia ao autor do projeto, sob pena de indemnização por perdas e danos.”. E o art.º 58.º al. d) do Estatuto da OET estabelece que são deveres recíprocos dos Engenheiros Técnicos: “Quando chamado a substituir um colega na execução de um trabalho, não o aceitar sem o informar previamente”.

***83. Pode um técnico, para evitar que seja entendido que realizou uma alteração de um projeto inicialmente elaborado por outro, designar as alterações como um novo projeto não sujeito a quaisquer direitos ou deveres?***

O art.º 57.º do Estatuto da OET estabelece na alínea b) que é dever do “Engenheiro Técnico no exercício da sua profissão apenas assinar pareceres, projetos ou outros trabalhos profissionais de que seja o autor ou colaborador.

***84. Podem as telas finais de projetos de engenharia ser elaborados livremente pelo técnico responsável pela obra sem conhecimento ou autorização do projetista? E por outro qualquer técnico?***

Nos termos da alínea b) do art.º 57.º do Estatuto da OET, o Engenheiro Técnico apenas pode assinar pareceres, projetos ou outros trabalhos desde que seja o autor ou colaborador.

***85. Qual a responsabilidade legal das entidades que aceitam e recebem estes projetos tendo conhecimento que os agora autores são distintos dos que inicialmente elaboraram os projetos?***

O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) prevê, no n.º 9 do art.º 9.º, a possibilidade de substituição dos responsáveis pelos projetos apresentados, exigindo apenas a sua comunicação ao gestor do procedimento para que este proceda ao respetivo averbamento no prazo de 15 dias a contar da data da substituição.

Concluimos, assim, que se trata de relações de direito privado e, como tal, fora da alçada da intervenção das autarquias e não existe, quer no RJEU, quer nas Portarias que o regulamentam, qualquer menção à obrigatoriedade dos requerentes entregarem nas entidades com competência para efetuarem o controlo prévio das operações urbanísticas, declarações dos técnicos autores dos projetos iniciais a autorizar a intervenção de outros técnicos.

***86. Qual é a responsabilidade do técnico que realiza alterações aos projetos ou telas finais relativamente à prática da utilização de novo técnico por parte dos requerentes para evitar o pagamento dos valores devidos pelos projetos iniciais ao técnico inicial autor dos projetos?***

É responsável disciplinarmente por violação dos deveres deontológicos previstos na al. b) do art.º 57.º do Estatuto da OET, que estabelece que são deveres dos Engenheiros Técnicos no exercício da profissão “Apenas assinar pareceres, projetos ou outros trabalhos profissionais, que seja autor ou colaborador”, e na al. d) do art.º 58.º que estabelece que: “Quando chamado a substituir um colega na execução de um trabalho, não o aceitar sem o informar previamente”. É responsável civilmente pelas alterações ilícitas (sem o acordo do autor) introduzidas no projeto arquitetónico, e que permitem ao autor desvincular-se do projeto, rejeitando a sua paternidade e podendo exercer o



direito a ser indemnizado pelos danos sofridos (patrimoniais e não patrimoniais). Podem ainda ser punidas criminalmente as alterações ilícitas introduzidas têm de atentar contra a genuinidade ou integridade do projeto (prática de ato que desvirtue a obra) e que afetem a honra ou reputação do autor (por exemplo, o autor ver o seu nome falado, comentado ou envolvido em polémica devido ao efeito das alterações no projeto).

### **87. Qual é a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio?**

O Artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, estabelece o seguinte: *"Exceptuam-se do disposto no presente capítulo os edifícios que, em razão da sua natureza e finalidade específica, apresentem uma remota probabilidade de vir a necessitar de infra -estruturas de comunicações electrónicas, desde que devidamente fundamentado e acompanhado por declaração de responsabilidade do projectista"*. Pretende o membro ser esclarecido sobre questão que se pode formular da seguinte forma: *"É suficiente para justificar a exceção de aplicabilidade referida no Artigo 60.º, apresentar junto da entidade licenciadora (Câmara Municipal), uma declaração devidamente subscrita por técnico habilitado a executar projetos de ITED a atestar a/as justificações da remota probabilidade de vir a necessitar de infra -estruturas de comunicações electrónicas?"*

Sim, terá de haver uma fundamentação para a justificação de que o edifício em causa apresente uma remota probabilidade de ter infraestruturas de telecomunicações. Estas são situações muito excecionais e devem ser encaradas como tal.

A fundamentação deverá ser feita por um projetista devidamente habilitado e deverá ser acompanhada por um termo de responsabilidade por essa justificação e entregue junto da entidade licenciadora, por exemplo a Câmara Municipal.

A entidade licenciadora (Câmara Municipal) tem legitimidade para não aceitar a justificação.

Por princípio cabe ao projetista a inteira responsabilidade da justificação, tal como caberia em caso de projeto, pelo que a existirem dúvidas por parte da Câmara, essas deveriam ser posteriormente colocadas diretamente à ANACOM e não ao projetista. Sempre que existe conflito entre a Câmara e o Projetista deverá o processo ser remetido à ANACOM, que terá a última palavra a dizer e poderá aceitar, ou não, a justificação do projetista.

### ***88. O que é preciso para inscrever um projeto elétrico?***

Um projeto elétrico, é constituído pelos seguintes elementos:

- Ficha de identificação (anexo II.1);
- Ficha eletrotécnica (anexo II.2);
- Termo de Responsabilidade (anexo III.1);
- Declaração da OET (modelo 27);
- Planta de localização;
- Memória descritiva;
- Peças desenhadas

O processo, depois de concluído e assinado pelo autor do projeto, deverá ser enviado para a EDP Distribuição, composto por um original e 3 cópias. A EDP irá pronunciar-se sobre a viabilidade de alimentação em Média Tensão, onde indicará alguns elementos relativos ao ramal de alimentação. Depois de definida a respetiva alimentação, o processo transitará para a Direção Regional de Energia da respetiva área geográfica, onde será analisado e aprovado. Aqui haverá um custo dum valor a ser indicado pela Direção Regional da área geográfica, relativo à análise do projeto.

Mais informo que o projeto elétrico, de categoria B, deverá ser do Posto de Transformação e da respetiva instalação elétrica de utilização em baixa tensão.

Os modelos a utilizar no projeto fazem parte como base do Decreto-Lei nº 517/80, alterado por versões posteriores (DL 101/2007 e outros). Deverá também consultar o Decreto Regulamentar 31/83, de 18 de Abril, com alteração efetuada pelo DL 229/2006, de 24 de Novembro.

### ***89. É possível alterar a classe de betão do projeto (C25/30) para (C20/25)?***

- 1) O projeto de estabilidade foi elaborado prevendo um tipo de betão a utilizar na obra.
- 2) O dono da obra não pode alterar o que está referido no projeto aprovado pela Câmara Municipal;  
Caso o desejo tem que apresentar um projeto de alteração na Câmara Municipal.
- 3) O diretor da obra assume responsabilidade legal pela execução da estrutura, de acordo com o projeto aprovado.

### ***90. O que são os Projetos de Especialidade?***

Os projetos de especialidades contemplam as especificações técnicas necessárias à construção de edifícios e/ou instalação de equipamentos diversos, tais como, rede de águas residuais e pluviais, sistemas de ventilação, exaustão de fumos e de climatização, etc.

### ***91. Num processo de licenciamento tenho que entregar os projetos de especialidades juntamente com o projeto de arquitetura?***

Os projetos de especialidades devem ser entregues no âmbito do licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação ou demolição. O momento de apresentação dos mesmos difere consoante a natureza do pedido:

- **no caso de licenciamento:** podem ser entregues em simultâneo com o

projeto de arquitetura (juntamente com o requerimento inicial) ou no prazo de seis meses a contar da data da notificação de aprovação do mesmo. Este prazo pode ser prorrogado por mais três meses, mediante requerimento fundamentado do interessado, que deverá ser entregue antes do termo do período inicial de seis meses.

- **no caso de comunicação prévia:** devem ser entregues em simultâneo com o projeto de arquitetura (juntamente com o requerimento inicial).

Assim, caso se trate de um licenciamento de obras de edificação tem de entregar os documentos previstos no artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março que, nos termos da alínea m) refere que pode proceder de imediato à sua entrega com o requerimento inicial, por outro lado, caso se trate de um comunicação prévia de obras de edificação, nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março é obrigatório instruir o processo com os projetos da engenharia de especialidade.

## ***92. O Engenheiro Técnico pode subscrever projetos de arranjos exteriores?***

O n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, refere o seguinte:

“1 — O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta

à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;

f) Projecto de arquitectura;

g) Memória descritiva e justificativa;

h) Estimativa do custo total da obra;

i) Calendarização da execução da obra;

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia,

quando esta existir e estiver em vigor;

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

p) Acessibilidades — desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006.”

E o n.º 5 refere o que se passa a citar, (sublinhado nosso):

“5 — Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea *m*) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes:

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica;
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei;
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos;
- d) Projecto de águas pluviais;
- e) Projecto de arranjos exteriores;
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações;
- g) Estudo de comportamento térmico;
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios;
- j) Projecto acústico.”

Os projetos de especialidades contemplam as especificações técnicas necessárias à construção de edifícios e/ou instalação de equipamentos diversos, tais como, rede de águas residuais e pluviais, sistemas de ventilação, exaustão de fumos e de climatização, etc.

Atento o referido, conclui-se que o projeto de arranjos exteriores é sem qualquer dúvida um projeto de Engenharia, nas especialidades que forem necessárias.

Importa ainda referir que a qualificação profissional exigível para a elaboração e subscrição de projetos está definida na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e regulamentada pela Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro, que estabelece

no n.º 1 do Artigo 7.º que "A elaboração e subscrição de projetos de engenharia incumbe aos engenheiros e engenheiros técnicos."





## SIADAP

*93. Não tenho objetivos nem sou avaliado desde ....., tendo sido, sistematicamente, preterido nos concursos para cargos dirigentes em outras câmaras por não entregar os respetivos documentos. O que me aconselham a fazer?*

O assunto prende-se com o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), que se aplica ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores, independentemente da modalidade de constituição da relação de emprego público ([Lei n.º 66-B/2007](#) de 28 de dezembro).

Assim, a situação apresentada incide sobretudo com uma relação de emprego público, estabelecida entre o Exmo. Sr. Eng. Téc. e o seu empregador, pelo que, a OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos não poderá intervir neste âmbito para aconselhar os seus membros, por se este tipo de aconselhamento se poder enquadrar no conceito de consulta jurídica e, como tal, se tratar de um ato próprio de Advogado, nos termos da Lei n.º49/2004, de 24 de agosto.

# TÉCNICO RESPONSÁVEL POR INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR

*94. Num Instituto Público com diversos imóveis, que carecem de técnico responsável por instalações elétricas de serviço particular, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 81/83, de 18 de abril (Estatuto do técnico responsável por instalações elétricas de serviço particular), existindo no seu quadro técnico, funcionários habilitados a essa função, os funcionários poderão exercer essa prestação de serviço sem um complemento do seu contrato normal de trabalho?*

Em primeiro lugar, importa referir que a Ordem dos Engenheiros Técnicos só poderá aconselhar os seus membros no âmbito de interesses comuns ligados ao exercício profissional e não em questões de natureza particular que se possam enquadrar no conceito de consulta jurídica, por este se tratar de um ato próprio de Advogado, nos termos da Lei n.º49/2004, de 24 de agosto, pelo que, caso pretenda para obter um aconselhamento mais específico, relacionado com matéria laboral, poderá dirigir-se ao SNEE - Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos, uma vez que, o mesmo proporciona aos seus associados assistência jurídica no âmbito do Direito do Trabalho, ou, recorrer aos serviços de um Advogado.

No entanto, sobre a questão colocada, poderá consultar o Decreto Regulamentar n.º31/83, de 18 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 229/2006, de 24 de novembro, que aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular, em particular, no que respeita às relações entre a entidade exploradora da instalação elétrica e o técnico responsável pela exploração, previstas nos artigos 23.º e seguintes.

Assim, para um melhor esclarecimento da questão colocada, transcreve-se (com sublinhado nosso) os n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º do diploma legal supracitado:

“1 – A entidade exploradora da instalação eléctrica e o técnico responsável estabelecerão entre si um programa das tarefas a desempenhar e o respectivo calendário e celebrarão, obrigatoriamente, um contrato de prestação de serviços (...).

2- No caso de o técnico responsável pertencer ao quadro técnico da entidade exploradora das instalações, o contrato de prestação de serviços referido no número anterior poderá constituir um complemento do seu contrato normal de trabalho, sem prejuízo da sua autonomia.”

### ***95. O que é necessário para ser responsável pela exploração de um posto de transformação?***

Para poder ser responsável pela exploração de instalações eléctricas necessita de associar ao modelo 937 (Relatório-tipo do técnico responsável pela exploração de instalações eléctricas) um termo de responsabilidade pela exploração de instalações eléctricas. Juntamente a este termo de Responsabilidade terá de anexar o cartão da DGEG em que indica o domínio de exploração com o nível I de responsabilidade, ou então se não tiver este cartão terá que ter no seu curriculum na habilitação ao acto de engenharia descrito no modelo 27. Se não tiver as habilitações indicadas, não poderá ser responsável pela exploração de instalações eléctricas.

O modelo 937 terá que ser comprado na INCM - Imprensa nacional/ Casa da moeda, e no caso de ter nos seus atos de engenharia o modelo 27 da OET, colocará no campo do número da DGEG da respetiva ficha o seu número da OET.

# TERMO DE RESPONSABILIDADE

## **96. Quais são as especificações que o termo de responsabilidade deve ter?**

No que respeita aos termos de responsabilidade, deverá consultar a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, retificada pela declaração de retificação n.º 26/2008, de 9 de maio, que determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas.

De facto, o artigo 20.º da referida Portaria refere que “*os termos de responsabilidade dos autores de projectos, do coordenador de projecto, do director técnico da obra ou do director de fiscalização obedecem às especificações definidas nos anexos I, II e III à presente portaria e que dela faz parte integrante*”.

Assim, no Anexo I da Portaria n.º 232/2008 consta o modelo do termo de responsabilidade do autor de projeto, bem como, as respetivas instruções de preenchimento que deverão ser observadas, onde se inclui nomeadamente, **a discriminação** das normas técnicas gerais e específicas da construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis.

Face ao exposto, na elaboração do termo de responsabilidade deverá ter em atenção o diploma legal supracitado.

## **97. É obrigatório entregar o termo de responsabilidade?**

A exigência do termo de responsabilidade resulta da necessidade da garantia da legalidade no que respeita à obra ou projeto (consoante a situação) a que o termo de responsabilidade se refere, contribuindo também para uma maior responsabilização da atuação dos técnicos nas diferentes áreas ligadas à sua atividade.

Como tal, ao técnico compete garantir que as afirmações que faz constar no termo de responsabilidade são verdadeiras. As falsas declarações no termo de responsabilidade poderão fazer o seu autor incorrer em responsabilidade civil, disciplinar, contraordenacional e criminal, pelo que, os técnicos deverão ter especial cuidado na elaboração dos mesmos.

Competirá ao próprio engenheiro técnico seleccionar os meios adequados, nomeadamente através de vistorias, para garantir que as afirmações que faz constar do termo de responsabilidade correspondem à realidade.

#### ***98. São obrigatórios os dois termos de responsabilidade (diretor de obra e diretor de fiscalização) nas obras particulares?***

Ao abrigo do art.º 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, em sede procedimento administrativo de licenciamento ou de comunicação prévia ou de procedimento pré-contratual público é obrigatório apresentar os termos de responsabilidade do diretor de obra e do diretor de fiscalização de obra.

#### ***99. Quem é o técnico que assina o termo de responsabilidade para solicitar a autorização de utilização?***

Sob a epígrafe “Autorização de utilização e alteração de utilização”, dispõe o art.º 15.º da portaria n.º 232/2008, de 11 de março o se passa a transcrever:

“1 — O pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas fracções é instruído com os seguintes elementos: [...]

c) Termo de responsabilidade subscrito pelo **director de fiscalização de obra**, quando aplicável, e termo de responsabilidade subscrito conforme o disposto no n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março Lei n.º 60/2007, de 4 de Março”, isto é, na autorização, quando não haja lugar à realização de obras ou quando se trate de alteração da utilização, o termo será subscrito por pessoa habilitada a ser autor de projecto segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos;

d) Planta e corte do edifício ou da fracção com identificação do respectivo prédio;

e) Telas finais, quando aplicável; [...]

h) Livro de obra, quando tenham sido realizadas obras; [...]

j) Avaliação acústica.

2 — O pedido de autorização da alteração da utilização é, ainda, instruído com os seguintes elementos:

a) Planta à escala de 1:2500, ou superior, e, quando existam planos municipais de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local objecto da pretensão;

b) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação”.

O n.º 1 do artigo 63.º do RJUE prevê que: “O pedido de autorização de utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra ou diretor de fiscalização de obra (...).

E por outro lado, o n.º 2 do art.º 63º do RJUE dispõe que o pedido de autorização quando não haja lugar à realização de obras ou quando se trate de alteração da utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito por pessoa habilitada a ser autor de projeto segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos.

Pelo que, nos termos do disposto nos diplomas supra, o pedido de autorização de utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra ou pelo diretor de fiscalização de obra e nos casos em que não haja lugar à realização de obras ou quando se trate de alteração de utilização ou de autorização de arrendamento para fins não habitacionais de prédios ou frações não licenciados, o pedido de autorização de utilização deve ser

instruído com termo de responsabilidade por pessoa habilitada a ser autor de projeto segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos.

***100. Num processo de licenciamento tenho que entregar os termos de responsabilidade dos autores de projetos?***

A exigência do termo de responsabilidade resulta da necessidade da garantia da legalidade no que respeita à obra ou projeto (consoante a situação) a que o termo de responsabilidade se refere, contribuindo também para uma maior responsabilização da atuação dos técnicos nas diferentes áreas ligadas à sua atividade.

Como tal, ao técnico compete garantir que as afirmações que faz constar no termo de responsabilidade são verdadeiras. As falsas declarações no mesmo poderão fazer o seu autor incorrer em responsabilidade civil, disciplinar, contraordenacional e criminal, pelo que, os técnicos deverão ter especial cuidado na sua elaboração.

Competirá ao próprio Engenheiro Técnico selecionar os meios adequados, nomeadamente através de vistorias, para garantir que as afirmações que faz constar do termo de responsabilidade correspondem à realidade.

Neste caso concreto, especifica a Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho através do n.º 3 do seu artigo 22.º que:

“Artigo 22.º

...

3 - Conjuntamente com o requerimento ou comunicação que dê início ao procedimento administrativo de licenciamento ou comunicação prévia são apresentados, relativamente ao coordenador de projecto, aos autores de projecto e ao director de fiscalização de obra, os seguintes elementos:

a) Termo de responsabilidade

...”

De igual forma, a Portaria n.º 232/2008 de 11 de Março que determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas especifica no seu artigo 11.º que:

“Artigo 11.º

### **Licenciamento de obras de edificação**

1 – O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:

...

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.





# VEÍCULOS

*101. Fui contactado para homologar um chassi de um veículo, sou engenheiro técnico mecânico, posso assinar o projeto de transformação e emitir o respetivo relatório?*

O dono do veículo apresenta ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT,I.P.) um requerimento, com seus dados pessoais, identifica o veículo (marca e matrícula) e junta cópia do livrete e título de registo de propriedade ou do certificado de matrícula, consoante o caso, e solicita a aprovação das alterações conforme desenho oi memória descritiva que junta em anexo. Paga logo a taxa devida.

A memória descritiva descreve pormenorizadamente a alteração que se pretende fazer, com os desenhos de como irá ficar o veículo depois de transformado, nomeadamente através das vistas de retaguarda, lateral e de cima, devidamente cotadas.

O membro da OET assina o projeto de transformação (não há inscrição no IMT, I.P.) e declara que esta irá ser feita sob sua supervisão.

O IMT,I.P. aprecia o pedido, e se autorizar comunica a autorização e indica o dia e o lugar onde deverá o veículo ser presente para que os técnicos do IMT, I.P. verifiquem se as alterações efetuadas estão conformes com o que foi autorizado.

## Índice

"O importante é não parar de questionar." (Albert Einstein) .....	3
ALVARÁ .....	4
1. Quais são as condições para ser responsável de alvará? .....	4
2. Qual é a legislação onde conste os técnicos e suas habilitações, necessários a cada alvará? ....	5
A legislação respeitante aos técnicos e suas habilitações está consagrada na Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que altera a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e no que tange aos Alvarás, a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, estabelece o quadro mínimo do pessoal das empresas de construção. ....	
3. Qual o salário para ser responsável de alvará? .....	5
4. Até que classe de alvará pode um Engenheiro Técnico ser responsável? .....	5
5. É possível trabalhar numa empresa e ser responsável de alvará de outra empresa? .....	6
6. Posso ser responsável de alvará de quantas empresas? .....	7
7. Sou responsável de alvará de uma empresa mas pretendo cessar as minhas funções? .....	7
AVAC .....	8
8. Trabalho com a manutenção de SPLITS no que concerne à conformidade da intervenção a nível de tubagem, troca de gás e inclusive à troca de material defeituoso/estragado (placas eletrónicas, condensadores, etc.) e tenho a necessidade de enviar aos clientes as fichas técnicas de intervenção assinadas, certificado APA, assim como certificados de manutenção. Posso assinar esses documentos, e caso não seja possível o que terei de fazer? .....	
Dentro das competências que lhe são reconhecidas face ao colégio de especialidade a que pertence (Energia e Sistemas de Potência), existe uma grelha dos atos complementares no campo A2 Execução e Exploração sobre instalações AVAC instalações mecânicas, validado pela Declaração OET Modelo 26. ....	
Deverá o Engenheiro Técnico verificar se este modelo se encontra dentro das suas competências profissionais na OET. Não tendo, deverá entregar documentos comprovativos desta atividade, para assim ser averbado nas suas competências o respetivo ato profissional. ....	
AVALIAÇÃO ACUSTICA .....	9
9. É técnica e deontologicamente possível a um técnico (Engenheiro Técnico), subscrever um termo de responsabilidade para efeitos de autorização de utilização, sem ter por base uma avaliação acústica realizada previamente, por um laboratório acreditado que verifique a conformidade do edifício? .....	
10. Tive conhecimento da alteração da legislação à credenciação técnica relativa à QAI, e na qualidade de TRF, gostaria de saber qual o parecer das diversas Instituições/Ordens/Associações perante esta alteração da legislação? .	
11. Quem pode fazer a avaliação acústica? .....	10
12. A OET tem uma declaração que capacita os técnicos para a realização de medições acústicas, com que fundamento é a mesma emitida, já que desde fevereiro de 2011, as medições acústicas apenas poderão ser realizadas por entidades acreditadas para o efeito (de acordo com o art.º 34º do Decreto-Lei 9/2007 retificado pela Declaração de retificação 18/2007 e ponto 6 do art.º 3 do Decreto-Lei 96/2008)? .....	
AUTOR DE PROJETO .....	14
13. Quais são os deveres do autor de projeto? .....	14
14. O autor de projeto pode ser na mesma obra diretor de fiscalização? .....	15
15. O autor de projeto pode cessar as suas funções? .....	18
16. É da responsabilidade no final da obra do autor do projeto a apresentação do termo de responsabilidade da conformidade da execução da obra com o projeto aprovado /apresentado para a concessão de autorização de utilização de edifícios ou frações? .....	
17. Segundo o artigo 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, um dos deveres dos autores de projetos é prestar assistência técnica à obra, de acordo com o contratado. Essa assistência corresponde apenas a visitas à obra quando solicitado pelo diretor de obra ou de fiscalização, ou a visitas periódicas à obra? Caso não seja do interesse do dono de obra a assistência técnica à obra o projetista pode recusar-se a dar essa assistência? .....	

18. É da responsabilidade do autor do projeto a execução das telas finais dos projetos, pode este recusar-se, devido ao facto de apenas prestar assistência técnica à obra e desta forma faltar informação para a realização das respetivas telas finais? Deverão ser realizadas em colaboração com o diretor de obra?.....	21
19. Como autor do projeto de construção de uma moradia, posso também inscrever a moradia nas repartições de finanças, ou se este ato extravasa as nossas competências e terá de ser efetuado apenas por um solicitador, advogado ou TOC? .....	22
COMUNICAÇÃO PRÉVIA.....	25
20. Que documentos devo entregar na Câmara Municipal para instruir a comunicação prévia de obras de edificação? .....	25
Nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março é estabelecido que a comunicação prévia referente à realização de obras de edificação deve ser instruída com os seguintes elementos: .....	25
COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA.....	28
21. Quem é que pode ser coordenador de segurança e saúde? .....	28
22. Quem nomeia o coordenador de segurança e saúde? .....	28
23. É obrigatória a nomeação de um coordenador de segurança e saúde para qualquer tipo de obra?.....	28
24. O que compete ao coordenador de segurança e saúde em fase de projeto e em obra? .....	29
COORDENADOR DE PROJETO.....	30
25. Quem é o coordenador de projeto? .....	30
26. O coordenador de projeto pode ser autor de mais do que um projeto? .....	30
DECLARAÇÕES.....	32
27. Como obtenho a declaração de IRS? .....	32
28. Num processo de licenciamento de uma moradia, para juntar termo de responsabilidade de alteração é necessária apresentar nova declaração da OET?.....	32
29. Para requerer a licença de utilização é necessário apresentar declaração da OET? .....	33
30. Necessito de elaborar um plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, uma vez que não encontro no site nenhuma declaração específica para o efeito, gostaria de saber se pode ser utilizado o modelo 153. ....	33
31. As Declarações da OET têm prazo de validade? .....	34
32. Qual é o modelo de declaração para parecer técnico da avaliação acústica? .....	34
DEONTOLOGIA PROFISSIONAL.....	35
33. Posso substituir um colega? .....	35
34. Onde posso encontrar quais as consequências (a nível disciplinar, contraordenacional ou criminal) no caso de um engenheiro técnico, responsável por obra (como diretor de obra) – especialidade civil? .....	35
35. Sou funcionário numa empresa onde tenho colegas meus que se intitulam engenheiros mas não pertencem nem à Ordem dos Engenheiros nem a Ordem dos Engenheiros Técnicos. A minha pergunta é a seguinte como e onde devo apresentar uma queixa sobre estes colegas. ....	36
DIREITOS DE AUTOR.....	38
36. Recentemente descobri que um projeto meu ITED, foi alvo de cópia, falsificação de assinatura, de termo de responsabilidade, o que devo fazer? .....	38
DIRETOR DE OBRA.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
37. Quais são os deveres do diretor de obra? .....	39
38. Posso ser diretor de obra e diretor de fiscalização na mesma obra? .....	40
39. Posso exercer funções numa empresa e ser diretor de fiscalização de uma obra que nada tem a ver com a empresa?.....	41
40. Posso ser diretor de técnico de obra, de uma empreitada num edifício classificado situado na zona histórica? .....	42
41. O diretor de obra tem de pertencer obrigatoriamente ao quadro técnico da empresa? .....	43
42. Posso ser diretor de obra e coordenador de segurança na mesma obra? .....	44

DIRETOR TÉCNICO DE OBRA.....	45
43. A que figura corresponde atualmente o diretor técnico de obra? .....	45
DONO DE OBRA.....	46
44. O dono de obra pode trocar de técnico diretor de fiscalização sem que o Engenheiro Técnico tenha de ceder a sua posição formalmente perante a Câmara? .....	46
ITED .....	48
45. Qual o procedimento que tenho de efetuar para que fique habilitado a projetista de Ited? .....	48
46. É suficiente para justificar a exceção de aplicabilidade referida no Artigo 60º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, apresentar junto da entidade licenciadora (Câmara Municipal) uma declaração devidamente subscrita por técnico habilitado a executar projectos de ITED a atestar a/as justificações da remota probabilidade de vir a necessitar de infra -estruturas de comunicações electrónicas? .....	48
47. A entidade licenciadora (Câmara Municipal) tem legitimidade para não aceitar a justificação referida na pergunta 46)? .....	48
48. Na situação apresentada nas perguntas 46 e 47 e caso seja esclarecido que existe legitimidade da entidade licenciadora (Câmara Municipal) em não aceitar uma declaração elaborada de acordo com o definido no Artigo 60º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, qual é a entidade responsável pela arbitragem da decisão da entidade licenciadora? .....	49
ESTALEIRO DE OBRA.....	50
49. O que preciso fazer para proceder à abertura do estaleiro?.....	50
50. O Engenheiro Técnico é obrigado a assinar o termo de responsabilidade de abertura de estaleiro de obra, considerando que realizou um projeto do qual é o técnico responsável apesar de ter sido despedido? .....	51
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.....	54
51. É obrigatória a inscrição na Ordem para exercer atos de engenharia? .....	54
52. Sou Engenheiro Técnico oriundo de um país da Europa, posso inscrever-me na OET?.....	55
53. Posso exercer a minha atividade no Brasil?.....	56
54. Posso exercer a minha atividade na Europa? .....	61
55. Pretendo exercer a minha profissão no estrangeiro, a OET tem protocolos? .....	61
56. Posso exercer a profissão em Moçambique? .....	62
57. O tempo de estágio é contabilizado para tempo de experiência profissional ou apenas como membro efetivo? .....	62
Higiene e Segurança no Trabalho.....	63
58. Estando a chegar a altura de renovação do CAP de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho venho por este meio solicitar a informação se esta renovação é automática, tendo em vista que sou Engenheiro Técnico de Segurança? .....	63
HONORÁRIOS .....	65
59. Existe alguma tabela que estabeleça os honorários que os engenheiros técnicos devem receber?.....	65
LEGALIZAR OBRAS.....	66
60. Posso legalizar uma obra? .....	66
LICENCIAMENTO .....	67
61. Que documentos tenho de entregar na Câmara Municipal para instruir o pedido de licenciamento? .....	67
62. Que documentos tenho de entregar na Câmara Municipal para instruir o pedido de licenciamento de obras não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território?.....	68
Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março é estabelecido que os pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território deve ser instruído com os seguintes elementos: .....	68
LIVRO DE OBRA.....	70
63. Quais são as obrigações do diretor de obra relativamente ao livro de obra? .....	70

64. Existe livro de obra em obras públicas? .....	73
Perito Avaliador .....	75
65. Sou Engenheiro Técnico, o que preciso para ser perito avaliador? .....	75
66. Quais são os objetivos da contratação de perito avaliador? .....	76
67. Os Engenheiros Técnicos podem exercer a profissão de perito avaliador? .....	77
68. Se trabalhar numa Câmara Municipal posso ser perito avaliador? .....	77
69. Para se ser Perito Avaliador é preciso realizar um curso? .....	78
70. Estive a realizar a função de Perito Avaliador de Imóveis, assim gostaria de saber se ficarei com a habilitação de exercer avaliações de imóveis para solicitadores, bancos etc, ou se terei que tirar alguma formação a mais? .....	79
71. Os requisitos para admissão a peritos avaliadores também se referem a prédios rústicos? .....	80
72. Quais são os requisitos para ser perito judicial? .....	80
PRESTAÇÃO DE DESEMPREGO.....	81
73. Estou presentemente na situação de desempregado, posso receber o subsídio de desemprego? Posso assumir a responsabilidade por projetos? .....	81
PROJETOS .....	82
74. O Engenheiro Técnico pode assinar projetos de arquitetura? .....	82
75. Quais são as qualificações necessárias para um Engenheiro Técnico assinar projeto de bacia de retenção de água residuais pluviais? .....	83
76. Quais são os requisitos necessários à apresentação, em território nacional, de projeto elaborado por técnico espanhol, para licenciamento municipal? .....	83
77. Os Engenheiros Técnicos civis podem assinar projetos de pontes guias- Calculo dos pórticos? .....	84
78. O que é preciso para ter competência para a responsabilidade de elaboração de projetos e planos de SCIE de 3.ª e 4.ª categorias e que seja reconhecido pelo OET(ANET) e ANPC? .....	85
79. O que é preciso para ser autor de projeto ITED/ITUR? .....	85
80. Se entregar dois projetos da mesma obra separadamente, quantas declarações tenho que entregar? .....	86
81. É obrigatório entregar na Câmara Municipal termo de responsabilidade para um edifício antigo que anteriormente, sofreu obras ilegais de ampliação? .....	86
82. Que procedimento se deve efetuar em caso da apresentação de projetos de alteração e telas finais sobre projetos inicialmente elaborados por um técnico e posteriormente por outro técnico alterados ou sujeitos a telas finais entregues nas Câmaras Municipais sem o conhecimento deste ou sua autorização? .....	87
83. Pode um técnico, para evitar que seja entendido que realizou uma alteração de um projeto inicialmente elaborado por outro, designar as alterações como um novo projeto não sujeito a quaisquer direitos ou deveres? .....	87
84. Podem as telas finais de projetos de engenharia ser elaborados livremente pelo técnico responsável pela obra sem conhecimento ou autorização do projetista? E por outro qualquer técnico? .....	87
85. Qual a responsabilidade legal das entidades que aceitam e recebem estes projetos tendo conhecimento que os agora autores são distintos dos que inicialmente elaboraram os projetos? ..	88
86. Qual é a responsabilidade do técnico que realiza alterações aos projetos ou telas finais relativamente à prática da utilização de novo técnico por parte dos requerentes para evitar o pagamento dos valores devidos pelos projetos iniciais ao técnico inicial autor dos projetos? .....	88
87. Qual é a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio? .....	89
88. O que é preciso para subscrever um projeto elétrico? .....	90
89. É possível alterar a classe de betão do projeto (C25/30) para (C20/25)? .....	91
90. O que são os Projetos de Especialidade? .....	91
91. Num processo de licenciamento tenho que entregar os projetos de especialidades juntamente com o projeto de arquitetura? .....	91

92. O Engenheiro Técnico pode subscrever projetos de arranjos exteriores? .....	92
SIADAP .....	97
93. Não tenho objetivos nem sou avaliado desde ....., tendo sido, sistematicamente, preterido nos concursos para cargos dirigentes em outras câmaras por não entregar os respetivos documentos. O que me aconselham a fazer? ....	97
TÉCNICO RESPONSÁVEL POR INSTAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR .....	98
94. Num Instituto Público com diversos imóveis, que carecem de técnico responsável por instalações elétricas de serviço particular, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 81/83, de 18 de abril (Estatuto do técnico responsável por instalações elétricas de serviço particular), existindo no seu quadro técnico, funcionários habilitados a essa função, os funcionários poderão exercer essa prestação de serviço sem um complemento do seu contrato normal de trabalho? .	98
95. O que é necessário para ser responsável pela exploração de um posto de transformação?.....	99
TERMO DE RESPONSABILIDADE .....	100
96. Quais são as especificações que o termo de responsabilidade deve ter? .....	100
97. É obrigatório entregar o termo de responsabilidade? .....	100
98. São obrigatórios os dois termos de responsabilidade (diretor de obra e diretor de fiscalização) nas obras particulares? .....	101
99. Quem é o técnico que assina o termo de responsabilidade para solicitar a autorização de utilização? .....	101
100. Num processo de licenciamento tenho que entregar os termos de responsabilidade dos autores de projetos? .....	103
VEÍCULOS .....	106
101. Fui contactado para homologar um chassi de um veículo, sou engenheiro técnico mecânico, posso assinar o projeto de transformação e emitir o respetivo relatório? .....	106